

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 14/04/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Exame Nacional da Magistratura**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 66, 71 e 80.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do ENAM** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/421d0024-8860-46f3-8e19-a4c0e319cce7>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/6e96105a-f8cf-4cc9-9971-ba75645e6381>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

QUESTÃO 01. Francisco, Servidor público titular do cargo efetivo de médico em Município brasileiro, submete-se a novo concurso público e é aprovado dentro do número de vagas oferecidas para o emprego de médico-cirurgião em fundação pública estadual de saúde. Sabendo-se que há compatibilidade de horários para o exercício das duas funções, sobre a acumulação, em tal hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o limite máximo remuneratório aplicável aos Estados-membros.

b) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o teto remuneratório relativo ao subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

c) É lícita, observando-se que o teto remuneratório deve ser considerado em relação à remuneração de cada um dos vínculos, e não ao somatório do que é recebido.

d) É lícita, uma vez que a acumulação de cargos, empregos e funções públicas somente é autorizada na esfera do mesmo ente federativo, observando-se o limite máximo de remuneração aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.

e) É lícita, uma vez que a acumulação de cargos públicos somente é autorizada na esfera da própria Administração Direta, observando-se o teto remuneratório aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema acumulação de cargos públicos, com fundamento especial no RE 612.975.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, incisos XVI e XVII, estabelece que a acumulação remunerada de cargos públicos é proibida, exceto quando há compatibilidade de horários e os cargos se encaixam em situações excepcionais permitidas, como a de dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico, ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde. A acumulação lícita de cargos, quando permitida, exige que a remuneração não ultrapasse o teto constitucional para cada um dos cargos individualmente, e não na soma deles.

A alternativa A está incorreta. Contraria o entendimento do STF que estabelece que o teto deve ser considerado individualmente para cada cargo.

A alternativa B está incorreta. O erro está em mencionar o teto do subsídio mensal do Ministro do STF como parâmetro para acumulação de cargos seria considerando em relação ao somatório da

remuneração de ambos os cargos, enquanto a decisão do STF se refere ao teto remuneratório para cada cargo individualmente.

A alternativa C está correta. Tem por base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RE) 612.975. O STF decidiu que, nos casos em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos públicos, o teto remuneratório deve ser aplicado separadamente para cada um dos cargos acumulados, e não sobre a soma das remunerações. Portanto, cada cargo deve ser considerado isoladamente para fins de aplicação do teto remuneratório.

A alternativa D está incorreta. A legalidade da acumulação não está restrita à esfera do mesmo ente federativo; além disso, a acumulação é permitida pela Constituição em casos específicos e sob certas condições, mas o teto deve ser observado individualmente por cargo, não em conjunto.

A alternativa E está incorreta. Embora a acumulação de cargos públicos seja restrita e regulamentada, a questão do teto remuneratório, conforme decisão do STF, deve ser considerada separadamente para cada cargo, independentemente de serem na Administração Direta ou não.

QUESTÃO 02. O Tribunal de Contas (estadual) realizou auditoria para verificar a regularidade da execução de obras públicas em Município submetido à sua jurisdição. Em decorrência de achados relacionados a medições a maior em etapas contratuais, a auditoria foi convertida em tomada de contas, culminando com imputação de débito e aplicação de multa, decorrentes de dano ao erário, aos agentes públicos municipais responsáveis pelas irregularidades, observado o devido processo legal. Considerando a situação hipotética acima, caso não ocorra o adimplemento voluntário das condenações, a execução do crédito decorrente da imputação de débito e da aplicação de multa caberá ao

a) próprio Tribunal de Contas estadual, em ambos os casos.

b) Município prejudicado, em ambos os casos.

c) Estado-membro, em cuja estrutura se insere o Tribunal de Contas, em ambos os casos.

d) Município prejudicado, relativamente à imputação de débito, e ao Tribunal de Contas estadual, relativamente à multa.

e) Município prejudicado, relativamente à imputação de débito, e ao Estado-membro, em cuja estrutura se encontra o Tribunal de Contas, relativamente à multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle pelos tribunais de contas, especialmente no RE 1003433.

EMENTA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL, POR DANOS CAUSADOS AO MUNICÍPIO. PARTE LEGITIMADA PARA A EXECUÇÃO DESSE CRÉDITO: MUNICÍPIO PREJUDICADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Um dos mais basilares princípios jurídicos é o de que o acessório segue a sorte do principal. Aplicado desde o direito romano (*accessio cedit principali*), está positivado no

direito brasileiro há mais de um século (Código Civil/1916, art. 59: Salvo disposição especial em contrário, a coisa acessória segue a principal; Código Civil/2002, art. 92. Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal). 2. Nesta situação em análise, a multa foi aplicada em razão de uma ação do agente público em detrimento do ente federativo ao qual serve, o Município. Não há nenhum sentido em que tal valor reverta para os cofres do Estado-membro a que vinculado o Tribunal de Contas. 3. Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas decorreu da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, o legitimado ativo para a execução do crédito fiscal é o Município lesado, e não o Estado do Rio de Janeiro, sob pena de enriquecimento sem causa estatal 4. Recurso Extraordinário a que se nega provimento. Tema 642, fixada a seguinte tese de repercussão geral: "O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal. ". (STF - RE: 1003433 RJ, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 15/09/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 13/10/2021)

A alternativa A está incorreta. Embora o Tribunal de Contas tenha a função de auditar e aplicar multas, a execução do crédito decorrente da multa aplicada por danos ao Município não é função do Tribunal de Contas, mas sim do Município lesado.

A alternativa B está correta. De acordo com a decisão do STF, quando ocorre uma tomada de contas pelo Tribunal de Contas estadual e resulta na aplicação de multa por danos causados ao erário municipal, o ente legitimado para executar a dívida é o Município prejudicado, não o Estado ou o próprio Tribunal de Contas.

A alternativa C está incorreta. O Estado-membro em cuja estrutura se insere o Tribunal de Contas não é o legitimado para executar o crédito decorrente da multa aplicada por danos ao Município, conforme decidido pelo STF.

As alternativas D e E estão incorretas. Ambas são incorretas porque sugerem uma divisão de competências entre o Município e o Tribunal de Contas ou o Estado-membro para a execução do crédito, o que não está de acordo com a decisão do STF. O STF estabeleceu que o ente federativo prejudicado é o único legitimado para executar o crédito total.

QUESTÃO 03. A respeito da cláusula constitucional do devido processo legal em âmbito judicial e administrativo, assinale a afirmativa correta.

a) Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

b) É inconstitucional, por violação à garantia da ampla defesa e do devido processo legal, sanção aplicada em processo administrativo disciplinar no qual não tenha havido defesa técnica por advogado.

c) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário, compatibilizando-se com a garantia do devido processo legal e do acesso à Justiça.

d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

e) Nos processos perante os Tribunais de Contas asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando a decisão puder resultar em impacto na esfera jurídica de terceiros, excetuada a apreciação das contas de governo, por serem objeto de parecer prévio destituído de natureza decisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata ampla defesa e contraditório.

A alternativa A está incorreta. A súmula n. 704 do STF dispõe que não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

A alternativa B está incorreta. A súmula vinculante n. 5 dispõe que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

A alternativa C está incorreta. A súmula vinculante n. 28 dispõe ser inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

A alternativa D está correta. A súmula vinculante n. 14 dispõe ser direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

A alternativa E está incorreta. A súmula vinculante n. 3 dispõe que nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

QUESTÃO 04. Após ampla mobilização da sociedade civil organizada, um grupo de vereadores do Município Alfa, importante capital do país, apresentou Projeto de Lei que resultou na Lei nº X, proibindo a participação de agentes detentores de mandato eletivo no âmbito do Município, em processos licitatórios organizados por esse ente federativo, bem como a celebração de contratos administrativos. A medida, apesar de comemorada por considerável parcela da população, foi duramente criticada por alguns detentores de mandato eletivo que vinham participando de licitações e celebrando contratos administrativos com o Município Alfa. Um desses agentes, ao ser desabilitado em processo licitatório, impetrou mandado de segurança perante o Juiz de Direito competente, ocasião em que requereu que fosse reconhecido o seu direito de participar da licitação, em razão da inconstitucionalidade da lei nº X.

Com relação à decisão do Juiz de Direito, após apreciar o caso, assinale a afirmativa correta.

a) O âmbito de incidência da Lei nº X está circunscrito ao território municipal e à administração pública municipal, indicativa de que se trata de matéria de interesse local, de competência privativa de Alfa; logo, o diploma normativo é constitucional.

b) Trata-se de exercício de competência legislativa suplementar; logo, a Lei nº X, não destoando das demais normas afetas à temática, é constitucional.

c) Como a Lei nº X dispõe sobre atribuições próprias do Poder Executivo, ela é inconstitucional em razão de vício de iniciativa.

d) Compete privativamente à União legislar sobre licitações e contratos administrativos; logo, a Lei nº X é inconstitucional.

e) É competência comum dos todos os entes federativos legislar sobre a temática; logo, a Lei nº X é constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema repartição de competências dos entes federativos, especialmente tratada no RE 910.552: "EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA MUNICIPAL QUE VEDA QUE O MUNICÍPIO CELEBRE CONTRATO COM AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PARENTES, ATÉ O TERCEIRO GRAU. DISCUSSÃO ACERCA DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA CRIAR NORMAS RESTRITIVAS EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. VEDAÇÃO AO NEPOTISMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. (STF - RE: 910552 MG, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 28/06/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 20/08/2018)".

A alternativa A está incorreta. Não se trata de competência privativa do município que inexistente, mas sim de competência supletiva.

A alternativa B está correta. De acordo com o Art. 22 da Constituição, a União tem competência privativa para legislar sobre normas gerais em determinadas matérias, incluindo licitações e contratos administrativos, no inciso XXVII. Entretanto, o Art. 30, I e II da Constituição permite que os Municípios legislam sobre assuntos de interesse local e suplementem a legislação federal e estadual no que couber. Isso significa que o Município tem competência para complementar as normas gerais com legislação específica que atenda às suas peculiaridades locais. No caso em questão, o Município Alfa, ao proibir a participação de agentes detentores de mandato eletivo em processos licitatórios organizados pelo Município, estaria exercendo sua competência legislativa suplementar para tratar de assuntos de interesse local, desde que tal proibição não contrarie normas gerais da União sobre a matéria.

A alternativa C está incorreta. Não há vício de iniciativa. As leis que possuem iniciativa do Presidente da República e, pelo princípio do paralelismo, são aquelas relacionadas à organização da administração pública, conforme Art. 61, parágrafo 1º, da Constituição.

A alternativa D está incorreta. Embora a União tenha competência privativa para estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos, os Municípios podem legislar sobre questões específicas de interesse local.

A alternativa E está incorreta. A competência para legislar sobre o tema não é comum a todos os entes federativos. As competências comuns, do artigo 23 da Constituição Federal, dizem respeito à competência administrativa e não legislativa.

QUESTÃO 05. Em razão das acentuadas divergências existentes entre os integrantes do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, transcorreu in albis o prazo para o encaminhamento da proposta orçamentária anual dessa estrutura de poder, referente ao exercício financeiro seguinte. A proposta somente veio a ser aprovada uma semana depois. Esse estado de coisas suscitou debates, considerando a teleologia das normas constitucionais que asseguram a autonomia do Poder Judiciário, em relação às consequências desse atraso na perspectiva do ciclo orçamentário.

Em situação dessa natureza, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) As dotações afetas a esta estrutura de poder, constantes da lei orçamentária em vigor, devem ser consideradas como proposta do Poder Judiciário.
- b) Os termos da proposta aprovada com atraso, considerando a necessidade de assegurar a autonomia financeira do Poder Judiciário, devem ser necessariamente considerados.
- c) Os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados conforme os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, serão utilizados pelo órgão competente, para fins de consolidação.
- d) O Presidente do Tribunal de Justiça, até o início da apreciação do projeto de lei orçamentária anual pela comissão competente, poderá encaminhar a proposta ao Poder Legislativo.
- e) O Poder Executivo considerará, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, as dotações afetas a essa estrutura de poder, constantes da lei orçamentária em vigor, devidamente atualizadas pelo índice oficial de inflação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Poder Judiciário.

De acordo com art. 99, caput, da CF, o Poder Judiciário possui, sim, autonomia financeira: “Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.” No âmbito dos Estados, o § 2º, inciso II, do referido artigo, determina que o encaminhamento da proposta compete aos Presidentes dos Tribunais de Justiça. Vejamos: “§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete: II - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.” E, caso essa proposta seja enviada fora do prazo, é o § 3º que define o procedimento. Vejamos: “§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.”

Portanto, no caso narrado, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados conforme os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, serão utilizados pelo órgão competente, para fins de consolidação.

Logo, a alternativa C está correta. Automaticamente, e usando por base os mesmos dispositivos legais acima mencionados, as alternativas A, B, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 06. O Município Alfa instituiu taxa municipal de combate a incêndio, de modo a auxiliar no custeio das atividades da Defesa Civil municipal. Contudo, o Estado Beta, em que estava situado o Município Alfa, também cobrava uma taxa estadual de combate a incêndio, voltada a custear as atividades de seu Corpo de Bombeiros Militar.

Sobre essa situação de cobrança, à luz da jurisprudência dominante do STF sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) Configura uma bitributação, razão pela qual somente o Município Alfa poderia fazer a cobrança dessa taxa.

b) Configura um bis in idem tributário, razão pela qual somente o Estado Beta poderia fazer a cobrança dessa taxa.

c) Viola a predominância do interesse local, razão pela qual somente o Município Alfa poderia fazer a cobrança dessa taxa.

d) Viola a atribuição do Corpo de Bombeiros Militar estadual, razão pela qual somente o Estado Beta poderia fazer a cobrança dessa taxa.

e) Viola a especificidade e a divisibilidade do serviço público, pressupostos necessários à cobrança de taxas, razão pela qual nenhum dos dois entes poderia fazer a cobrança dessa taxa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema espécies tributárias.

De acordo com Tema de Repercussão Geral 16, do STF: “A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim. Desse modo, nem o Município, nem o Estado podem instituir tal taxa, já que não representa serviço de competência do Município, nem o Estado, por não representar serviço público específico e divisível.” Desta feita, a situação de cobrança narrada pelo enunciado viola a especificidade e a divisibilidade do serviço público, pressupostos necessários à cobrança de taxas, razão pela qual nenhum dos dois entes poderia fazer a cobrança dessa taxa. A título de esclarecimento sobre a especificidade e divisibilidade das taxas, o art. 145, II, da CF assim determina: “Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;”

Portanto, a alternativa B está correta. Levando em consideração a jurisprudência acima colacionada, as alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 07. A Constituição do Estado Z conferiu aos reitores das universidades públicas estaduais foro por prerrogativa de função, ficando a cargo do Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar originariamente os crimes comuns praticados pelas referidas autoridades.

Diante do exposto e à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

a) constitucional, pois, em razão do princípio federativo, os Estados têm competência para conferir, desde que previstos na respectiva Constituição estadual, foro por prerrogativa de função a autoridades que não guardam semelhança com as que o detêm na esfera federal.

b) constitucional, pois o foro por prerrogativa de função consubstancia uma garantia constitucional relativa ao exercício da função pública e uma necessidade de proteção de algumas autoridades para o exercício imparcial e isento de suas atribuições.

c) constitucional, pois, em razão do princípio federativo, os Estados têm competência para conferir, mesmo que previstos em legislação infraconstitucional estadual, foro por prerrogativa de função a autoridades que não guardam semelhança com as que o detêm na esfera federal.

d) inconstitucional, pois não pode o ente estadual, de forma discricionária, estender o foro por prerrogativa de função a cargos diversos dos aqueles abarcados pelo legislador federal, sob pena de violação às regras de reprodução automática e obrigatória da Constituição da República.

e) constitucional, pois o foro por prerrogativa de função é uma garantia prevista para os servidores públicos ou agentes políticos da Administração Pública Direta, e universidades fazem parte da Administração Pública indireta, por serem autarquias públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema foro por prerrogativa de função, especialmente tratada na ADI 6511: "EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 77 da Constituição do Estado de Roraima. Criação de novas hipóteses de foro por prerrogativa de função. Expressões "Reitor da Universidade Estadual" e "Diretores Presidentes das entidades da Administração Estadual Indireta". Violação do princípio da simetria. Regras de reprodução automática. Modulação de efeitos. Procedência. 1. Por obra do constituinte originário, foi fixada a primazia da União para legislar sobre direito processual (art. 22, inciso I, da CF/88). Contudo, extraem-se do próprio texto constitucional outorgas pontuais aos estados-membros da competência para a elaboração de normas de cunho processual. Destaca-se aqui a possibilidade de a Constituição estadual definir as causas afetas ao juízo natural do respectivo tribunal de justiça, desde que atendidos os princípios estabelecidos na Lei Fundamental (art. 125 da CF/88). 2. A jurisprudência da Suprema Corte impõe o dever de observância pelos estados-membros do modelo adotado na Carta Magna (princípio da simetria), sob pena de invalidade da prerrogativa de foro (ADI nº 2.587/GO-MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 6/9/02). 3. Quanto aos cargos de reitores de universidade estadual e diretores-presidentes de entidades da administração estadual indireta, a prerrogativa a eles conferida não deflui, por simetria, da Constituição de 1988, visto que não há previsão de foro especial para os cargos de reitores de universidades Federais e diretores-presidentes de entidades da administração federal indireta. 4. Assim, declara-se a inconstitucionalidade material das expressões "Reitor da Universidade Estadual" e "Diretores Presidentes das entidades da Administração Estadual Indireta" previstas no art. 77, inciso X, alíneas a e b, da Constituição do Estado de Roraima, com efeitos ex nunc, com base no art. 27 da Lei nº 9.868/99. 5. Ação julgada procedente. (STF - ADI: 6511 RR, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 14/09/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-199 DIVULG 04-10-2022 PUBLIC 05-10-2022)"

A alternativa A está incorreta. Embora os Estados tenham competências próprias dentro do princípio federativo, eles não podem criar novas hipóteses de foro por prerrogativa de função que não sejam previstas na Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. A existência do foro por prerrogativa de função enquanto garantia constitucional não permite aos Estados estender tal prerrogativa para autoridades que não são contempladas pela Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Mesmo dentro do princípio federativo, os Estados não podem conferir foro por prerrogativa de função por meio de legislação infraconstitucional a autoridades que não o possuem na esfera federal, de acordo com a Constituição.

A alternativa D está correta. De acordo com a jurisprudência do STF, os estados-membros devem observar o princípio da simetria constitucional, o qual exige que as Constituições estaduais se alinhem aos parâmetros e normas estabelecidos pela Constituição Federal. No tocante ao foro por prerrogativa de função, apenas as autoridades que têm essa prerrogativa segundo a Constituição Federal podem ser beneficiadas por ela. Não há previsão na Constituição Federal para que reitores de universidades estaduais e diretores-presidentes de entidades da administração estadual indireta tenham foro especial, e, portanto, os estados não podem, discricionariamente, estender o foro por prerrogativa de função a essas autoridades.

A alternativa E está incorreta. Apesar de a Constituição Federal prever o foro por prerrogativa de função para certos servidores públicos e agentes políticos, ela não inclui reitores de universidades estaduais e diretores-presidentes de entidades da administração indireta estadual entre esses cargos.

QUESTÃO 08. Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica de ponderação.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema teoria dos direitos fundamentais

A assertiva I está correta. De fato transcreve o caput do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, o qual estabelece os direitos fundamentais como direitos e garantias individuais, incluindo a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

A assertiva II está correta. A assertiva II também é correta, porque os direitos fundamentais representam uma base essencial de proteção que os Estados devem garantir. Esses direitos são a expressão jurídica dos direitos humanos dentro de um ordenamento jurídico interno de um estado específico, e, como tal, formam o núcleo essencial que as democracias se comprometem a assegurar para todos os cidadãos, refletindo o mínimo ético e legal indispensável para a existência digna e a coexistência pacífica em sociedade.

A assertiva III está correta. Ronald Dworkin argumenta que os princípios jurídicos, como os que fundamentam os direitos fundamentais, exigem um julgamento baseado em uma ponderação de valores. Ele distingue regras de princípios por afirmar que os princípios têm uma dimensão de peso ou importância que as regras não possuem. Nesse sentido, ao se deparar com um caso de colisão de direitos fundamentais, o juiz deve usar seu julgamento para ponderar os princípios em conflito, em vez de simplesmente aplicar uma regra diretamente ao caso.

Robert Alexy, por sua vez, formulou uma teoria da ponderação sistemática, conhecida como teoria dos princípios. Segundo Alexy, os princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível, dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Quando dois princípios entram em conflito — como pode acontecer com direitos fundamentais —, deve-se usar uma ponderação, onde se mede a importância relativa de cada princípio em relação ao caso concreto. Esta ponderação é feita através do teste de proporcionalidade, que compreende a análise da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Ou seja, verifica-se se a medida é adequada para alcançar o objetivo desejado (adequação), se é a medida menos restritiva dentre todas aquelas que poderiam alcançar o mesmo objetivo (necessidade), e se o grau de sacrifício de um direito é proporcional aos benefícios trazidos pela promoção do outro (proporcionalidade em sentido estrito). Assim, a técnica de ponderação é necessária em casos de colisão de direitos fundamentais porque ela permite um juízo de valor sobre a importância relativa de cada direito em conflito no caso específico, um juízo que é mais sensível às particularidades do caso concreto e à natureza dos princípios envolvidos do que a mera aplicação de regras gerais de direito. Dessa forma, é possível flexibilizar o cumprimento de um direito fundamental em favor do outro, assegurando uma solução que seja razoável, necessária e proporcional.

Portanto, considerando que todos os itens estão corretos, as alternativas A, B, C e D estão incorretas.

QUESTÃO 09. A Constituição do Estado Alfa disciplinou as regras e os parâmetros de processo legislativo e previu que a proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, 2/3 dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.

Diante do exposto, da sistemática constitucional vigente e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

a) constitucional, pois o processo legislativo de reforma constitucional do Estado-membro integra o poder constituinte derivado decorrente e, por conseguinte, retira sua força da CRFB/88.

b) inconstitucional, pois as regras e os parâmetros do processo legislativo federal, como é o caso do processo de reforma constitucional, não são de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, mas o processo legislativo para emenda de constituição estadual só pode ser igual ou mais rígido do que o federal.

c) inconstitucional por ofensa ao princípio da simetria, ao qual a autonomia dos Estados-membros se submete, a teor do que prevê o Art. 25 da CRFB/88 e o Art. 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

d) constitucional por observância ao princípio do paralelismo, a teor do que prevê o Art. 25 da CRFB/88 e o Art. 11 do ADCT, pois o texto da Constituição Federal estabelece o mínimo de quórum.

e) constitucional, pois as regras e os parâmetros do processo legislativo federal, como é o caso do processo de reforma constitucional, não são de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, e cada ente federado pode determinar o quórum para as suas emendas constitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema emenda à Constituição Federal, especialmente tratado na ADI 6453: "EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. quórum de aprovação de emenda à constituição do estado de Rondônia. Poder constituinte decorrente. exigência de 2/3 dos membros da assembleia estadual legislativa para aprovação de projeto de alteração do texto constitucional local. Poder de auto-organização e autolegislação dos entes federados e competência residual dos estados. Regras do processo legislativo federal, como o de reforma ao texto constitucional, de observância obrigatória (art. 60, § 4º e art. 25, § 1º, crfb). Princípio da simetria, exercício limitado e vinculado dos entes subnacionais em matéria de processo legislativo aos ditames constitucionais. separação dos poderes. Modulação dos efeitos da decisão. Tutela da segurança jurídica. Precedentes. 1. A autonomia dos Estados-membros deve ser exercida de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal (art. 25 CRFB). Aplicação do princípio da simetria. 2. O processo legislativo de reforma constitucional do Estado-membro integra o poder constituinte derivado decorrente e, por conseguinte, retira sua força da Constituição Federal. Esse fundamento constitucional implica limitação e formalidades a serem observadas nas dimensões da sua auto-organização e autolegislação (Art. 11, ADCT). 3. As normas disciplinadoras do processo legislativo de reforma constitucional, como o quórum de aprovação, são de observância obrigatória pelos Estados-membros. Precedentes. (ADI 486, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 03.04.1997, DJ 10.11.2006 e ADI 1722 MC, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 10.12.1997, DJ 19.09.2003). 4. Aplicação da técnica decisória da modulação dos efeitos como fórmula necessária para a tutela da segurança jurídica e do interesse social, considerados os efeitos da vigência, por mais de trinta anos, da regra constitucional invalidada. Mais de 130 emendas à constituição estadual promulgadas em desconformidade com a Constituição Federal, cujos efeitos jurídicos devem ser protegidos. 5. Ação direta conhecida e, no mérito, julgado procedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 38, § 2º, da Constituição do Estado de Rondonia, com efeitos ex nunc, a contar da data de publicação da ata do julgamento. (STF - ADI: 6453 RO 0095246-

36.2020.1.00.0000, Relator: ROSA WEBER, Data de Julgamento: 14/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 18/02/2022)".

A alternativa A está incorreta. Afirma que as regras de processo legislativo estadual são totalmente derivadas da Constituição Federal e que podem, portanto, definir o próprio quórum de aprovação de emendas. Isso contraria a jurisprudência do STF que impõe a observância dos princípios constitucionais e simetria com as normas federais.

A alternativa B está incorreta. Há um equívoco ao afirmar que o processo legislativo estadual pode ser "igual ou mais rígido", pois deve o Estado-membro especificamente aderir ao quórum de 3/5, quando da emenda de sua constituição estadual, conforme a jurisprudência vigente.

A alternativa C está correta. Conforme o julgamento da ADI 6453, o quórum para aprovação de emendas à constituição estadual deve seguir a simetria com a Constituição Federal, que estabelece parâmetros mínimos e vinculantes para os Estados. A Constituição Federal, em seu art. 60, estabelece que quórum para emendas é de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional. O art. 25 da CRFB e o art. 11 do ADCT reforçam que os Estados devem observar as normas federais sobre processo legislativo como uma questão de simetria e observância constitucional. Dessa forma, qualquer norma estadual que estabeleça um quórum diferente (nesse caso, 2/3 como mencionado no problema) para a aprovação de emendas é inconstitucional por violar o princípio da simetria constitucional.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o quórum de 3/5, para a aprovação de emenda constitucional, não pode ser alterado, seja para mais ou para menos. Logo, é incorreta a interpretação ao sugerir que os Estados podem definir qualquer quórum desde que não infrinja um mínimo federal, quando na verdade a simetria deve ser mantida estritamente.

A alternativa E está incorreta. Esta opção erroneamente permite uma liberdade excessiva aos Estados em determinar o quórum para emendas constitucionais, contrariando a necessidade de seguir a norma federal de 3/5 estabelecida pela Constituição Federal e reafirmada pela jurisprudência do STF.

QUESTÃO 10. Fabiano constituiu, em favor de terceiros, direitos reais sobre imóveis de sua propriedade, a saber:

I. hipoteca sobre imóvel em garantia de um empréstimo que contraiu;

II. servidão de passagem a título oneroso em favor de seu vizinho Carlos, para que este pudesse ter seu acesso facilitado a uma praia;

III. usufruto por liberalidade, em favor de seu filho Mário, de um imóvel para residência desse filho.

Considerando as hipóteses de incidência do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto sobre as Transmissões Causa Mortis e Doações (ITCMD), assinale a afirmativa correta.

a) Sobre a hipoteca, poderá incidir ITBI; sobre a servidão, não poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.

b) Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.

c) Sobre a hipoteca, poderá incidir ITCMD; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, não poderá incidir o ITBI.

d) Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITCMD; sobre a servidão, poderá incidir o ITCMD; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITBI.

e) Sobre a hipoteca, poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir ITBI.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema impostos em espécie, mais precisamente do ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, e do ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

Analisemos as situações.

Na situação I, não há incidência do ITBI, pois tal imposto não incide sobre constituição de direitos reais de garantia, conforme determina a CF em seu artigo 156, II. Vejamos: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;”

Na situação II, há incidência do ITBI, pois a instituição de servidão de passagem representa direito real, de acordo com art. 1.225, III do CC/02, o qual foi transmitido a título oneroso sem representar direito de garantia. Vejamos: “Art. 1.225. São direitos reais: III - as servidões;”

Conforme já visto na explicação da situação I, o ITBI incide sobre transmissão onerosa de direitos reais que não representem garantia. De acordo com 156, II, da CF: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;”

Na situação III, poderá, sim, incidir o ITCMD, pois, a rigor, a instituição de usufruto por ato não oneroso é fato gerador do ITCMD, pois se insere na hipótese de transmissão de direito por doação. De acordo com art. 155, I, da CF: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;”

Dessa forma, em resumo, tem-se o seguinte: Sobre a hipoteca, não poderá incidir ITBI; sobre a servidão, poderá incidir o ITBI; e, sobre o usufruto, poderá incidir o ITCMD.

Portanto, a alternativa B está correta. Automaticamente, as alternativas A C, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 11. Em Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), apreciou-se a constitucionalidade do Art. 1.641 do Código Civil, que prevê a obrigatoriedade do regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 (setenta) anos. Ao decidir a questão, o STF interpretou, conforme a CRFB/88, o dispositivo e fixou a seguinte tese de julgamento:

Nos casamentos e uniões estáveis envolvendo pessoa maior de 70 anos, o regime de separação de bens previsto no Art. 1.641, inciso II, do Código Civil, pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública.

Em relação ao tema, analise as assertivas a seguir.

I. O princípio da igualdade restringe a utilização do fator idade para desequiparar pessoas, salvo se demonstrado que se trata de fundamento razoável para realização de um fim legítimo.

II. O princípio da dignidade humana inclui, em seu conteúdo, o valor intrínseco de toda pessoa e a autonomia para realizar suas próprias escolhas existenciais.

III. O regime de separação de bens do Art. 1.641, inciso II, do Código Civil, aplica-se tanto ao casamento quanto à união estável, mas somente o casamento forma entidade familiar.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema união estável e casamento para os maiores de 70 anos, discutida no ARE 1309642 SP.

A assertiva I está correta. Afirma que o princípio da igualdade restringe a utilização do fator idade para desequiparar pessoas, exceto se houver um fundamento razoável para atingir um fim legítimo. Esta assertiva é correta conforme o entendimento do STF que, trata-se da transcrição do voto, ao permitir a flexibilização do regime de separação de bens para pessoas maiores de 70 anos, reconheceu que impor automaticamente este regime poderia constituir uma desigualdade injustificada.

A assertiva II está correta. Declara que o princípio da dignidade humana inclui o valor intrínseco de toda pessoa e a autonomia para fazer suas próprias escolhas existenciais. Este princípio foi fundamental para o STF permitir que pessoas maiores de 70 anos possam escolher outro regime de bens, preservando assim sua autonomia e dignidade. Também trata-se de transcrição literal do voto.

A assertiva III está incorreta. Menciona que o regime de separação de bens se aplica tanto ao casamento quanto à união estável, mas erra ao afirmar que somente o casamento forma entidade familiar. A Constituição Federal e o STF reconhecem a união estável como entidade familiar, equivalente ao casamento em direitos e deveres, incluindo regime de bens e sucessão.

Portanto, considerando que os itens I e II estão corretos e o item III está incorreto, as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 12. Acerca da proteção contra a dispensa imotivada ou despedida arbitrária, nos termos da CRFB/88, da jurisprudência sumulada do TST e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a) A garantia de emprego assegurada ao empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, representante dos empregados, está restrita ao membro titular.

b) A CRFB/88 veda a despedida arbitrária da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, bem como a do empregado eleito para o cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até um ano após o final do mandato.

c) A garantia contra a despedida arbitrária da empregada gestante é personalíssima, não admitindo extensão do direito a quem detiver a guarda da criança em caso de falecimento da genitora.

d) A previsão constitucional relacionada à despedida arbitrária está restrita às hipóteses de empregada gestante e de empregados eleitos pelos empregados e indicados pelos empregadores para o cargo de direção de comissão interna de prevenção de acidentes.

e) Não terá garantia no emprego contra a despedida arbitrária o empregado eleito como representante dos empregados em empresas com mais de 200 empregados, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores, por depender de regulamentação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema disposições constitucionais em direito do trabalho.

A alternativa A está incorreta. O suplente da CIPA goza de garantia de emprego. De acordo com Súmula 339 do TST: “CIPA. SUPLENTE. GARANTIA DE EMPREGO. CF/1988: I - O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, “a”, do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. (ex-Súmula nº 339 - Res. 39/1994, DJ 22.12.1994 - e ex-OJ nº 25 da SBDI-I - inserida em 29.03.1996).”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 10, II, do ADCT: “Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato; b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.”

A alternativa C está incorreta. Nos casos em que ocorrer o falecimento da genitora, a garantia provisória da gestante será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho. De acordo com art. 1º da LC 146/2014: “Art. 1º. O direito prescrito na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos casos em que ocorrer o falecimento da genitora, será assegurado a quem detiver a guarda do seu filho.”

A alternativa D está incorreta. A garantia provisória NÃO se estende aos empregados indicados pelo empregador. De acordo com art. 10, II, “a”, do ADCT: “Art. 10. Até que seja promulgada a lei

complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;”

A alternativa E está incorreta. O artigo 11 da CF foi regulamentado pela Reforma Trabalhista, com a inclusão dos artigos 510-A até 510-D da Constituição Federal. Vejamos: “Art. 11, CLT. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.”; “Art. 510-D, § 3º, CLT. Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão de representantes dos empregados não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.”

QUESTÃO 13. No capítulo dos Direitos Sociais, a CRFB/88, em seu Art. 79, elenca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Dos direitos previstos, indique aquele que até o presente momento não foi regulamentado e, assim, não pode ser exercido pelos trabalhadores brasileiros.

a) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

b) Adicional de remuneração para as atividades penosas.

c) Proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos.

d) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

e) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema direitos sociais, mais precisamente sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores.

A alternativa A está incorreta. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço foi regulamentado pela Lei nº 12.506/2011, que previu acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias. Vejamos, na íntegra, o texto do art. 1º da referida lei: “Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa. Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.”

A alternativa B está correta. A CLT disciplinou o direito ao pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade nos artigos 189 e seguintes, mas não regulamentou o adicional de penosidade, que tem sido considerada norma de eficácia limitada pela jurisprudência, dependendo de norma infraconstitucional. Vejamos jurisprudência do TST sobre o tema: “(...) ADICIONAL DE PENOSIDADE. A Corte Regional expressamente ressalta que a pretensão não encontra amparo no ordenamento jurídico. O adicional de penosidade exige regulamentação para ser implementado, seja pela via legislativa, contratual ou por negociação coletiva. Trata-se, portanto, de norma constitucional de eficácia limitada. Ressalte-se ainda que o Ministério do Trabalho regulamentou o adicional de periculosidade e de insalubridade, mas em nada dispôs sobre o adicional de atividades penosas. No caso, não havendo

registro da regulamentação do referido adicional por algum desses meios, não há como conferir aplicabilidade imediata ao dispositivo constitucional. Por outro lado, o Tribunal Regional não discriminou as atividades desenvolvidas pelo autor de modo a enquadrá-las ou não como penosas (súmula nº 297/TST). Assim, não se justifica a denúncia de violação dos artigos 5º, § 1º, e 7º, XXIII, da Constituição Federal. (...) (TST - AIRR: 00103936220165150007, Relator: Alexandre De Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 15/05/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: 17/05/2019).”

A alternativa C está incorreta. A proibição de trabalho noturno aos menores de 18 anos é norma de eficácia plena, que não depende de regulamentação. Vejamos texto do art. 7º, XXXIII da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”

Não obstante, o artigo 404 da CLT - recepcionado pela Constituição Federal -, veda o trabalho noturno ao menor, ao consignar, in verbis: “Art. 404 - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.”

A alternativa D está incorreta. O seguro contra acidente de trabalho, atualmente denominado RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), está regulamentado no artigo 22, II, da Lei nº 8.212/91. Vejamos: “Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:”

A alternativa E está incorreta. O salário família foi instituído pela Lei nº 4.266/1963 – recepcionada pela CF/88 –, que trata do salário-família do empregado. Veja o que determinam artigos 1º e 2º: “Art. 1º O salário-família, instituído por esta lei, será devido, pelas empresas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e na proporção do respectivo número de filhos. Art. 2º O salário-família será pago sob a forma de uma quota percentual, calculada sobre o valor do salário-mínimo local, arredondado este para o múltiplo de mil seguinte, por filho menor de qualquer condição, até 14 anos de idade.”

QUESTÃO 14. A respeito do princípio da presunção de inocência, analise as afirmativas a seguir.

I. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da matéria atinente à possibilidade de execução imediata de pena aplicada pelo Tribunal do Júri, ainda que a sentença condenatória proferida não tenha transitado em julgado

II. Segundo assentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a presunção de inocência impõe que a decretação de prisão cautelar se baseie em elementos concretos extraídos dos autos, não sendo possível a vedação da liberdade provisória *ex lege*.

III. Tendo em vista que os recursos especial e extraordinário não possuem efeito suspensivo, a pena imposta em acórdãos proferidos por tribunais de 2º grau pode ser executada imediatamente, desde que efetuada a detração da prisão cautelar anteriormente imposta.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre execução provisória da pena.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. O item I está correto, posto que o plenário do STF, por meio do Recurso Extraordinário n. 1.235.340/SC, afetado como *leading case* do Tema de Repercussão Geral n. 1.068 do STF, discute, à luz do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, se a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de pena imposta pelo Conselho de Sentença. Atualmente, o CPP permite a execução de condenações a crimes contra a vida cuja pena cominada seja igual ou superior a 15 anos, ao dispor que a apelação interposta contra esta decisão condenatória não terá efeito suspensivo (art. 492, §4º do CPP).

O item II também se afigura correto, tendo em vista que já há muito os tribunais superiores têm entendido pela inconstitucionalidade da prisão cautelar *ex lege*, sob o argumento de que a proibição do magistrado analisar as circunstâncias concretas para decidir acerca da possibilidade do acusado ser mantido em liberdade ao longo do curso do processo transgredir os princípios da separação dos poderes, da presunção de inocência e da individualização da pena. No julgamento do HC 140.339, por exemplo, o STF julgou inconstitucional a expressão “e liberdade provisória” contida no artigo 44 da Lei 11.343/2006, que impunha a decretação de prisão cautelar para os acusados de crime de tráfico de drogas e equiparados.

Por fim, o item III se encontra incorreto. O plenário do STF, no julgamento das ADC 43, 44 e 54, decidiram que é constitucional a regra do art. 283 do Código de Processo Penal, que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena, sob o argumento de que esta norma está em sintonia com o princípio da presunção de inocência. Ou seja, para o início do cumprimento da pena, é imprescindível que tenha havido o trânsito em julgado da sentença, superando posicionamento anterior da Corte constitucional.

Neste sentido, destaca-se decisão do STJ no HC 454.611/RS: “3. O Plenário da Suprema Corte, ao concluir o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, modificou seu posicionamento, por 6 votos a 5, no sentido de não ser possível a execução da pena pelo simples exaurimento recursal perante as instâncias ordinárias, retornando o entendimento de que deve prevalecer a presunção de inocência até o trânsito em julgado da condenação(...) A prisão do paciente foi decretada exclusivamente em decorrência dos julgados anteriores da Suprema Corte, que restaram superados com o julgamento do mérito das ADCs n. 43, 44 e 54, razão pela qual entendo que deve ser concedida a ordem, de ofício, para assegurar-lhe o direito de aguardar o trânsito em julgado da

condenação em liberdade, resguardada a possibilidade de decretação da nova segregação antecipada com base em decisão devidamente fundamentada e com base nos requisitos ensejadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.”.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 15. João da Silva vai à agência bancária obter o levantamento de conta de FGTS de terceiro, usando documento falso. Desconfiado da veracidade do documento, o gerente da agência pede a João que retorne em algumas horas, quando o dinheiro já estará disponível em sua conta. João retorna no horário combinado e, no momento em que efetua o saque, é preso por policiais militares acionados pelo gerente da agência após proceder à checagem da autenticidade do referido documento e confirmar sua falsidade. Considerando essa narrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) A prisão em flagrante é ilegal, pois se trata de flagrante provocado.**
- b) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de ação controlada.**
- c) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante diferido.**
- d) A prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante preparado.**
- e) prisão em flagrante é legal, pois se trata de flagrante esperado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre flagrante.

A alternativa A está incorreta. O flagrante provocado ou preparado ocorre quando existe uma indução ou um estímulo para que o agente cometa um delito exatamente para ser preso. Neste sentido, a Súmula 145 do STF estabelece que: “Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”. No caso narrado, não se verifica qualquer indução ou instigação.

A alternativa B está incorreta. O caso narrado não traz uma ação controlada, a qual se perfaz como uma técnica de investigação que retarda a atuação policial para buscar provas de maior qualidade e quantidade, materializando, assim, o flagrante diferido. Nucci afirma que: “Trata-se do retardamento legal da intervenção policial ou administrativa, basicamente a realização da prisão em flagrante, mesmo estando a autoridade policial diante da concretização do crime praticado por organização criminosa, sob o fundamento de se aguardar o momento oportuno para tanto, colhendo-se mais provas e informações.” (NUCCI, Guilherme de Souza. Organização criminosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.). Tal técnica tem previsão expressa na lei de drogas, na lei de organização criminosa e na lei de interceptação telefônica. O art. 53, II, da Lei 11.343/06, prevê: “II - a não-atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.” A Lei 12.850/13 estabelece no artigo 3º que: “Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: III - ação controlada;” Já a Lei 9.613/98 traz no art. 1º, § 6º, que: “Para a apuração do crime de que trata este artigo, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.”

A alternativa C está incorreta. Conforme explicado na alternativa B, o flagrante diferido ocorre no âmbito da ação controlada, a qual não se verificou no caso narrado.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. No caso narrado há configuração do flagrante esperado, o qual é conceituado pelo STJ da seguinte forma: “No flagrante esperado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão, não havendo que se falar em ilegalidade do flagrante.” (RHC 103456/PR). Sendo assim, a polícia, após ser avisada pelo funcionário da agência bancária, passa a aguardar eventual volta deste, a qual não foi instigada, para efetuar a prisão.

QUESTÃO 16. A respeito da garantia constitucional da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos no processo, analise as afirmativas a seguir.

I. São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica, desde que verificados os requisitos do Art. 2º da Lei no 9.296/1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e da complexidade da investigação. As decisões judiciais que autorizam a interceptação e suas prorrogações devem ser devidamente motivadas, com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações.

II. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou o acórdão.

III. As provas derivadas das ilícitas não serão admitidas no processo, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade, quando puderem ser obtidas por fonte independente ou quando forem produzidas comprovadamente de boa-fé.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre provas.

A alternativa A está correta. O item I está correto, pois o STF definiu, no Tema 661 que: “São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica desde que, verificados os requisitos do artigo 2º da lei 9.296 de 1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e a complexidade da investigação, a decisão judicial inicial e as prorrogações sejam devidamente motivadas com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações. São ilegais as motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto.”.

O item II está incorreto, uma vez que, embora o item traga a literalidade do artigo 157,§5º, do CPP, este dispositivo foi declarado inconstitucional pelo STF, no julgamento das ADI's 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF: "XXIII. por maioria, declarar a inconstitucionalidade do § 5º do art. 157 do CPP;". O referido § 5º do art. 157 do CPP, inserido pela Lei nº 13.964/2019, previa que: "§ 5º O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão."

O item III está incorreto pela parte final da alternativa, visto que a produção da prova com boa-fé não é suficiente para torná-la lícita, conforme se extrai do artigo 157,§1º, do CPP: "§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras."

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 17. Um determinado Município instituiu empresa pública, em regime não concorrencial, mediante autorização legislativa, para exercer poder de polícia de trânsito, inclusive quanto à aplicação de multas.

De acordo com a jurisprudência do STF a respeito do poder de polícia administrativa, assinale a afirmativa correta.

a) A lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, embora não seja possível a extensão dos privilégios da Fazenda Pública à empresa pública criada, tal como a concessão de imunidade tributária recíproca.

b) A lei autorizadora não é compatível com a ordem constitucional vigente, pois há absoluta incompatibilidade entre o regime celetista existente nas estatais prestadoras de serviço público em regime de monopólio e o exercício de atividade de polícia administrativa pelos seus empregados.

c) A lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, com exceção da possibilidade de aplicação de sanção, que não pode ser delegada à empresa pública que atua em regime de Direito Privado.

d) A lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, que admite a delegação do poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta e prestadoras de serviço público, em regime não concorrencial.

e) A lei autorizadora não é compatível com a ordem constitucional vigente, uma vez que as estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado não podem fazer uso do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mesmo que atuem em regime não concorrencial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o entendimento do STF a respeito do exercício do poder de polícia administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois consoante entendimento do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, sendo possível inclusive a instituição de regime similar ao da Fazenda Pública, desde que não atue em regime concorrencial, veja: "5. A constituição de uma pessoa jurídica integrante da Administração Pública indireta sob o regime de direito privado não a impede de ocasionalmente ter o seu regime aproximado daquele da Fazenda Pública, desde que não atue em regime concorrencial. (...) 13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o entendimento do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, sendo possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o entendimento do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, inclusive no que diz respeito à aplicação de sanção, sendo possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa D está correta, pois é o atual entendimento do STF, segundo o qual é possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o entendimento supracitado do STF, a lei autorizadora é compatível com a ordem constitucional vigente, sendo possível a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoa jurídica de direito privado, desde que seja integrante da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público e que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. Vejamos trecho do julgado RE 633782: "13. Repercussão geral constitucional que assenta a seguinte tese objetiva: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."" (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26-10-2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

QUESTÃO 18. O Supremo Tribunal Federal julgou, em 2022, a ação Direta de Inconstitucionalidade 2946, proposta em relação ao Art. 27 da Lei nº 8987/1995, in verbis:

Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. §1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor."

Discutia-se se este artigo é compatível com o Art. 175 da Constituição Federal, a seguir.

"Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

No voto do relator, que obteve a adesão da maioria do STF, lê-se o seguinte:

"É a proposta mais vantajosa que, *prima facie*, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, a burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos."

Assinale a opção que traduz a ideia expressa pelo Tribunal no trecho destacado.

a) Contratos de concessão têm natureza incompleta, dinâmica, especial, personalíssima e contínua.

b) A transferência de concessão é viável se houver continuidade da prestação adequada dos serviços públicos, mas deve ser feita sempre por meio de licitação.

c) Na concessão, o principal para a Administração Pública é a manutenção das condições contratuais obtidas na licitação e a continuidade adequada dos serviços, e não o interesse da concessionária vencedora.

d) A competência do poder concedente para anuir com a transferência da concessão está sujeita à caducidade, salvo se os termos da proposta mais vantajosa na licitação não tiverem sido mantidos.

e) Em virtude do princípio da continuidade dos serviços públicos, a Administração Pública deve necessariamente rescindir a concessão se a concessionária não tiver condições de manter a prestação adequada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a constitucionalidade da transferência dos contratos de concessão.

A alternativa A está incorreta, pois o trecho destacado traz o entendimento do STF na ADI 2956, que vê a aludida perspectiva dos contratos administrativos como retrógrada, de forma que, independentemente da identidade do particular contratado, o primordial é que este tenha comprovada capacidade para cumprir as obrigações assumidas no contrato. Vejamos: "1. A concepção de que os contratos administrativos ostentam caráter personalíssimo ou natureza *intuitu personae* reflete uma transposição mecânica do direito administrativo francês anterior ou, quando menos, traduz um regime jurídico não mais existente" (JUSTEN FILHO, Marçal. Considerações acerca da modificação subjetiva dos contratos administrativos. Fórum de Contratação e Gestão Pública. FCGP. Belo Horizonte: Editora Fórum, ano 4, n. 41, maio/2005). (...) 4. É a proposta mais vantajosa que, prima facie, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade da transferência de concessão pública sem nova licitação. Veja trecho da ADI 2956: "(...) 4. É a proposta mais vantajosa que, prima facie, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa C está correta, pois é o atual entendimento do STF, que julgou constitucional, na ADI 2956, a transferência de concessão pública sem nova licitação, prevalecendo, assim, o entendimento de que o principal, para a Administração Pública, é a manutenção das condições contratuais obtidas na licitação e a continuidade adequada dos serviços, mantidos os efeitos jurídicos da licitação que outorgou inicialmente o serviço público. Veja: "(...) 11. Na espécie, não se constata a alegada burla à exigência

constitucional de prévia licitação para a concessão de serviços públicos, constante do art. 175 da CF, a qual é devidamente atendida com o certame levado a cabo para sua outorga inicial e cujos efeitos jurídicos são observados e preservados no ato de transferência mediante a anuência administrativa. Também não se pode cogitar afronta aos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade. (...) A impessoalidade, por sua vez, decorre da observância de regras objetivas e predefinidas na lei e no edital do certame para a seleção da proposta mais vantajosa, bem como para o escrutínio das características inerentes ao futuro contratado. 12. Não faz sentido exigir que o ato de transferência do art. 27 da Lei nº 8.987/95 observe os princípios da isonomia e da impessoalidade. A anuência é matéria reservada ao Administrador e pressupõe o atendimento de requisitos bem específicos. A par disso, a operação empresarial sobre a qual incide a anuência é, tipicamente, um negócio jurídico entre particulares e, como tal, é disciplinado pelo direito privado. O concessionário, como agente econômico que é, pode decidir sobre seus parceiros empresariais conforme critérios próprios. Não há, portanto, espaço para aplicação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, os quais são típicos da relação verticalizada que possui uma entidade estatal em um dos polos. 13. Pedido julgado improcedente. (...)" (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa D está incorreta, pois não se trata do atual entendimento do STF, que julgou constitucional, na ADI 2956, a transferência de concessão pública sem nova licitação, veja: "(...) 4. É a proposta mais vantajosa que, prima facie, vincula a Administração. Mantidos seus termos, não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

A alternativa E está incorreta, pois o entendimento do STF, conforme supracitado, é o de que, neste caso, é viável a continuidade da concessão, através da transferência da mesma, veja: "(...) 2. Em nosso sistema jurídico, o que interessa à Administração é, sobretudo, a seleção da proposta mais vantajosa, independentemente da identidade do particular contratado ou dos atributos psicológicos ou subjetivos de que disponha. Como regra geral, as características pessoais, subjetivas ou psicológicas são indiferentes para o Estado. No tocante ao particular contratado, basta que tenha comprovada capacidade para cumprir as obrigações assumidas no contrato. (...) 5. Tendo em vista que as concessões públicas se estabelecem em bases não completamente definidas e cambiantes conforme múltiplos fatores externos, só é possível cogitar a estabilidade econômica e segurança jurídica das relações e situações a ela relacionadas a partir da mutabilidade contratual. Desse modo, considerando a dinâmica peculiar e complexa das concessões públicas, é natural. E até salutar." (ADI 2946, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 09-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-095 DIVULG 17-05-2022 PUBLIC 18-05-2022).

QUESTÃO 19. Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como "de corrupção". Trata-se da Lei nº 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa correta.

a) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.

b) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.

c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos previstos na mencionada lei.

d) A pessoa jurídica apenas poderá ser responsabilizada se houver a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.

e) Caso haja fusão ou incorporação da empresa, a responsabilidade da sucessora continuará ampla e gerará a responsabilidade direta dos seus dirigentes ou administradores objetivamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a responsabilização da pessoa jurídica.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com a Lei 12.846/2013, a responsabilização dos dirigentes e administradores da pessoa jurídica não está necessariamente atrelada à responsabilização da pessoa jurídica. Vejamos: "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. § 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput."

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com a Lei 12.846/2013, a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, vejamos: "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito."

A alternativa C está correta, pois é o que estabelece a Lei 12.846/2013, veja: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não."

A alternativa D está incorreta, pois, conforme supracitado, de acordo com a Lei 12.846/2013, a responsabilização dos dirigentes e administradores da pessoa jurídica não está necessariamente atrelada à responsabilização da pessoa jurídica. Vejamos: "Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. § 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput."

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade da empresa sucessora, nesses casos, será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, de acordo com a Lei 12.846/2013. Vejamos: "Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária. § 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes

da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados."

QUESTÃO 20. Caio adquire específico imóvel, para fins empresariais, situado no meio da Rua Júlio Cesar, no Município WXZ. A referida rua possui um grande movimento, o que potencializa os atos mercantis que passou a realizar em seu imóvel, por meio da sociedade empresária que criou. Passados três anos, sua atividade empresarial está obtendo um alto ganho financeiro. Neste momento, a Administração Pública Municipal, diante da necessidade de realizar uma obra emergencial, procede à ocupação temporária da área, fechando a entrada e a saída dos transeuntes, salvo os residentes. Essa situação perdura por oito meses e acarreta o estado de inviabilidade financeira para o estabelecimento empresarial de Caio.

Sobre essa situação, assinale a opção que melhor reflete o direito que a empresa criada por Caio teria em face do Poder Público municipal, segundo as regras brasileiras.

a) A sociedade empresária apenas terá direito a ser indenizada se o tempo de realização da obra tiver ficado acima da média temporal para obras como a realizada, ciente de ser uma responsabilidade de natureza subjetiva.

b) A sociedade empresária apenas terá direito a ser ressarcida se comprovar que o Município foi levado a realizar as obras por conta de uma situação emergencial cuja causa tenha ligação direta com uma conduta do próprio Município.

c) O direito da sociedade empresária se restringir-se-á ao não pagamento de eventuais tributos municipais incidentes, pois a edilidade teria dado causa ao esvaziamento de sua atividade, não podendo cobrar tributos diante dessa situação.

d) A sociedade empresária teria direito a ser ressarcida pelo atingimento econômico de suas atividades, de forma objetiva, pois a conduta do Município teve direta relação com a inviabilidade de bem prestar suas atividades empresariais.

e) A sociedade empresária não terá direito a ser ressarcida pelo atingimento econômico de suas atividades, pois a situação ocorrida está dentro de um risco negocial, sendo previsível que o poder público possa ser levado à realização de obras que venham a interferir na circulação de vias públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a Lei de Desapropriação.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização, por ação própria, caso haja dano comprovado, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificadas, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida." Ainda sobre o tema, Carvalho Filho (2015, p. 831) discorre: "Na ocupação desvinculada da desapropriação, a regra é a mesma que vale para a servidão administrativa, ou seja, em princípio não haverá indenização, mas esta será devida se o uso acarretar comprovado prejuízo ao proprietário" (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização por ação própria, caso haja dano comprovado, não havendo tal requisito disposto na alternativa. Veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

A alternativa C está incorreta, pois não há tal previsão legal. Nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização, por ação própria, caso haja dano comprovado, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

A alternativa D está correta, pois é o que dispõe o Decreto Lei 3.365/41, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

A alternativa E está incorreta, pois, conforme supracitado, nos termos do Decreto Lei 3.365/41, haverá indenização, por ação própria, caso haja dano comprovado, veja: "Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização. O expropriante prestará caução, quando exigida."

QUESTÃO 21. Objetivando estabelecer a segurança nas relações jurídicas, ao retirar a possibilidade de situações financeiras perdurarem por tempo indeterminado, o Decreto Lei nº 20.910/1932 estabeleceu regras sobre prazos prescricionais quanto a direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal.

Sobre as regras mencionadas nessa legislação, assinale a afirmativa correta.

a) A citação inicial interrompe a prescrição, mesmo quando, por qualquer motivo, o processo tenha sido anulado.

b) O direito à reclamação administrativa que não tiver prazo fixado em disposição de lei especial prescreve em três anos, a contar do conhecimento do ato ou fato apontado pelo particular prejudicado.

c) A prescrição interrompida recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não poderá ficar reduzida a quem de cinco anos, mesmo que o ato interruptivo se dê durante a primeira metade do prazo.

d) A prescrição somente poderá ser interrompida duas vezes, quando se trata de ação objetivando reparação material; já quando a pretensão versar sobre reparação moral, ela será interrompida sempre, segundo os regramentos da legislação civil.

e) Não corre a prescrição durante a demora do procedimento que está voltado a analisar ou estudar a pretensão deduzida no âmbito administrativo, salvo se esta versar sobre reparação material, quando o prazo prescricional retomará o seu curso após o primeiro ano, sem a decisão administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o Decreto nº 20.910/1932 e a interrupção prescricional.

A alternativa A está incorreta, pois a citação inicial não interrompe a prescrição, conforme dispõe o Decreto 20.910/32, vejamos: "Art. 7º A citação inicial não interrompe a prescrição quando, por qualquer motivo, o processo tenha sido anulado."

A alternativa B está incorreta, pois, conforme dispõe o Decreto 20.910/32, o direito à reclamação administrativa que não tiver prazo fixado em disposição de lei especial prescreve em um ano, a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar. Vejamos: "Art. 6º O direito à reclamação administrativa, que não tiver prazo fixado em disposição de lei para ser formulada, prescreve em um ano a contar da data do ato ou fato do qual a mesma se originar."

A alternativa C está correta, pois é o que dispõe a Súmula 383 do STF, veja: "A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo."

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o Decreto 20.910/32, a interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez, veja: "Art. 8º A prescrição somente poderá ser interrompida uma vez."

A alternativa E está incorreta, pois o Decreto 20.910/32 determina que não ocorrerá o decurso do prazo prescricional durante a demora do procedimento voltado a analisar ou estudar a pretensão deduzida no âmbito administrativo, vejamos: "Art. 4º Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la."

QUESTÃO 22. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário RE 684612, com repercussão geral (Tema 698), fixou parâmetros para nortear decisões judiciais.

A respeito do recente posicionamento do STF em repercussão geral sobre os parâmetros do controle jurisdicional de políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão judicial, como regra, deverá determinar medidas claras, objetivas e pontuais a serem realizadas pelo gestor público para a implementação dos direitos fundamentais.

b) A decisão judicial, prioritariamente, deve se limitar a apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar que a Administração Pública apresente um plano ou os meios adequados para alcançar tal resultado.

c) A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, mesmo em caso de deficiência grave ou ausência do serviço, viola o princípio da separação dos poderes.

d) A atuação judicial deve ser pautada por critérios de razoabilidade e eficiência e deve desenvolver e apresentar o plano concreto a ser cumprido pela administração para alcançar o resultado.

e) A decisão judicial não deve trazer qualquer tipo de determinação ao gestor público, sob pena de interferir na discricionariedade administrativa na tomada de decisão sobre as políticas públicas a serem implementadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda as decisões judiciais a respeito de políticas públicas.

A alternativa A está incorreta, pois diverge do recente entendimento do STF a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a decisão judicial não deverá determinar medidas claras, mas apontar as finalidades a serem alcançadas. Vejamos trecho do julgado, RE 684612: "(...) 6. Fixação das seguintes teses de julgamento: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)" (...). (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa B está correta, pois é o entendimento do STF no RE 684612, que dispõe: "(...) 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; (...)". (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa C está incorreta, pois diverge do recente entendimento do STF, a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a intervenção não viola o princípio da separação dos poderes. Veja trecho do julgado: "(...) 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes." (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa D está incorreta, pois diverge do recente entendimento do STF, a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a decisão deve apontar finalidades a serem alcançadas, ao invés de determinar medidas pontuais. Veja trecho do RE 684612: "(...) 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; (...)". (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03-07-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 04-08-2023 PUBLIC 07-08-2023).

A alternativa E está incorreta, pois diverge do supracitado entendimento do STF, a respeito das decisões judiciais sobre políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, que é no sentido de que a decisão judicial, ao apontar as finalidades a serem alcançadas pelo gestor, não viola o princípio da separação de poderes. Vejamos trecho do julgado, RE 684612: "(...) 6. Fixação das seguintes teses de julgamento: "1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes." (RE 684612, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO

QUESTÃO 23. Em 2020, Fernando foi condenado com trânsito em julgado por ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, por ter culposamente permitido que a sociedade empresária Beta utilizasse bens e valores integrantes do acervo patrimonial do Município Alfa, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, na época em que Fernando exercia o cargo de Secretário Municipal de Administração. Atualmente, em sede de cumprimento de sentença, o Ministério Público está pleiteando o pagamento de multa civil a que Fernando fora condenado na ação de improbidade. A defesa de Fernando, no entanto, alegou na execução que, diante da reforma da Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/21, a multa não mais é devida.

Diante da situação fática e jurídica narrada, alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deve

a) Acatar a tese defensiva e extinguir a execução, diante da aplicação do princípio da retroatividade da lei mais benéfica para o réu em matéria de direito sancionador, haja vista que a Lei nº 14.230/2021 revogou todas as hipóteses de atos de improbidade administrativa culposos.

b) Acatar a tese defensiva e extinguir a execução, diante da aplicação dos princípios da isonomia e da segurança jurídica, pois a Lei nº 14.230/2021 revogou expressamente o tipo de ato de improbidade administrativa praticado por Fernando, aplicando-se, por analogia *in bonam partem*, o instituto da *abolitio criminis*.

c) Acatar a tese defensiva e extinguir a execução, haja vista que a Lei nº 14.230/2021, por possuir conteúdo de direito material em tema de direito sancionador, aplica-se retroativamente a todos os processos de conhecimento e de execução em curso que tenham por objeto responsabilização por ato de improbidade administrativa.

d) Rejeitar a tese defensiva e prosseguir a execução, pois a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, promovida pela Lei nº 14.230/2021, é irretroativa, de modo que os seus efeitos não têm incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

e) Rejeitar a tese defensiva e prosseguir a execução, pois não houve revogação do tipo e do elemento subjetivo da culpa no ato de improbidade administrativa praticado por Fernando, pois os dispositivos da Lei nº 14.230/2021 são objeto de interpretação conforme a Constituição, para manter a culpa na configuração dos atos ímprobos que causem prejuízo ao erário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o entendimento do STF sobre a irretroatividade da Lei 14.230/2021.

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento do STF é o de que a norma benéfica da Lei 14.230/2021 é irretroativa. Veja a fixação da tese de repercussão geral para o Tema 1199: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma

benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, o entendimento do STF é o de que a norma benéfica da Lei 14.230/2021 é irretroativa, aplicando-se somente aos atos de improbidade administrativa culposos, praticados na vigência do texto anterior da lei sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. Veja a fixação da tese de repercussão geral para o Tema 1199: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa C está incorreta, pois consoante fixação de tese de repercussão geral para o Tema 1199, não haverá tal aplicação retroativa, veja: "(...) 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; 3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente; 4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa D está correta, pois é o entendimento do STF em relação à lei 14.230/2021, segundo o qual será irretroativa. Vejamos trecho do Tema 1199: "(...) 2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes; (...)". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

A alternativa E está incorreta, pois houve, de fato, revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, de forma a ser exigida a presença do elemento dolo. Veja a fixação de tese de repercussão geral para o Tema 1199: "1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO; (...)". (ARE 843989, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 18-08-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 09-12-2022 PUBLIC 12-12-2022).

QUESTÃO 24. Carlos, servidor público efetivo federal, no exercício das funções, praticou ato de insubordinação grave em serviço, que foi categoricamente comprovado no curso de regular processo administrativo disciplinar (PAD), que ensejou a imposição de pena de demissão ao servidor. Inconformado, Carlos ajuíza ação judicial, pleiteando a reforma da decisão administrativa, a fim de que lhe seja aplicada penalidade disciplinar menos gravosa, haja vista que comprovou nunca ter sido anteriormente sancionado, nem mesmo respondido a PAD, além de que constam em sua folha de assentamento funcional dois elogios.

Com base na Lei nº 8.112/90 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve julgar a pretensão de Carlos

a) Procedente, porque, diante dos bons antecedentes e da ausência de reincidência, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União prevê que a penalidade disciplinar cabível para o caso em tela é a advertência, que será aplicada pela Administração Pública por escrito e de forma reservada e, em razão disso, Fernando deve ser imediatamente reintegrado ao cargo.

b) Improcedente, haja vista que, apesar de o controle jurisdicional do PAD não se restringir ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, sendo possível, em regra, incursão no mérito administrativo, por se tratar de direito administrativo sancionador, Fernando praticou ato de insubordinação grave em serviço que deve ser punido com demissão ou suspensão, conforme discricionariedade do administrador.

c) Procedente, uma vez que, na aplicação das penalidades, devem ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes e os antecedentes funcionais, de maneira que a sanção de demissão deve ser substituída pela suspensão por 90 (noventa) dias, após o que será o servidor reintegrado.

d) Improcedente, haja vista que, não obstante a autoridade administrativa possuir discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses legais dessa sanção de demissão, mas houver atenuantes objetivas e subjetivas, o Poder Judiciário não pode se imiscuir no mérito administrativo, pois sua análise se restringe aos aspectos de legalidade do PAD, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

e) Improcedente, pois a autoridade administrativa que impôs a sanção disciplinar agiu corretamente, uma vez que não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses legais dessa sanção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a aplicação das penalidades às infrações administrativas.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o artigo 132 da Lei 8.112/90, que prevê a pena de demissão para os casos de insubordinação grave em serviço, veja: "A demissão será aplicada nos seguintes casos: VI - insubordinação grave em serviço;"

A alternativa B está incorreta, haja vista que não há discricionariedade do administrador quanto à punição a ser aplicada, consoante Súmula 650 do STJ: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990."

A alternativa C está incorreta, pois, verificadas as hipóteses de infrações disciplinares previstas pela Lei 8.112, a autoridade administrativa deverá aplicar a penalidade devida, que no caso em tela, será de demissão. Veja o teor da Súmula 650 do STJ: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990", bem como a Lei 8.112/90, que prevê: "Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: VI - insubordinação grave em serviço;"

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Súmula 650 do STJ, que determina que não há tal discricionariedade à autoridade administrativa, veja: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990."

A alternativa E está correta, pois é o teor da Súmula 650 do STJ: "A autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no artigo 132 da Lei 8.112/1990."

QUESTÃO 25. O Município Alfa instaurou processo administrativo visando à contratação que tem por objeto a coleta, o processamento e a comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo. No curso do processo, restou identificada a Cooperativa Delta, formada exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. Assim, a municipalidade está em vias de efetivar a contratação direta da Cooperativa Delta, sem prévio processo licitatório, mediante dispensa de licitação.

A sociedade empresária Beta, que atua no ramo de resíduos sólidos e possui um aterro sanitário legalizado, inclusive com a devida licença ambiental, pretende ser contratada para o mesmo objeto antes descrito e ajuizou ação judicial pleiteando, em sede de tutela de urgência inibitória, a proibição de contratação do serviço pretendido pelo Município Alfa sem prévia licitação.

Conclusos os autos, o magistrado, atento à Lei no 14.133/21, deve

a) Deferir a liminar, pois a natureza do serviço a ser contratado pelo Município Alfa exige prévia licitação, cuja modalidade será determinada pelo valor estimado da contratação.

b) Deferir a liminar, pois a natureza do serviço a ser contratado pelo Município Alfa exige prévia licitação, na modalidade pregão, que é obrigatória para aquisição de serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

c) Deferir a liminar, pois a natureza do serviço a ser contratado pelo Município Alfa exige prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo, em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

d) Indeferir a liminar, pois, não obstante a contratação pretendida pelo Município Alfa não ser possível mediante dispensa de licitação, é cabível, na hipótese, a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, bastando que a municipalidade convalide os atos administrativos já praticados.

e) Indeferir a liminar, pois a contratação pretendida pelo Município Alfa é possível mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal, desde que seja instruída com os documentos indicados na legislação de regência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda os casos de dispensa de licitação.

A alternativa A está incorreta, pois a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;"

A alternativa B está incorreta, pois, conforme supracitado, a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;"

A alternativa C está incorreta, pois, conforme supracitado, a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;"

A alternativa D está incorreta, pois, conforme supracitado, a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;"

A alternativa E está correta, pois a contratação pretendida pelo Município Alfa é um dos casos de dispensa de licitação previstos pela Lei 14.133/2021, veja: "Art. 75. É dispensável a licitação: IV - para

contratação que tenha por objeto: j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;".

QUESTÃO 26. Na capital do Estado Alfa, profissionais da área de saúde realizaram manifestação pública por melhores condições de trabalho e salariais. Criminosos se infiltraram no meio da passeata, para subtrair pertences dos manifestantes, em especial aparelhos celulares, ocasião em que a Polícia Militar chegou ao local para reprimir os delitos. Durante a atuação da polícia, Pedro, jornalista que cobria o evento, apesar de não ter descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco a sua integridade física, acabou sendo lesionado por ter sido atingido pelo cassetete arremessado por um policial militar, em situação de evidente tumulto entre policiais e manifestantes.

Diante do documentado dano material que sofreu por ter seu braço quebrado, Pedro ajuizou ação indenizatória em face do Estado Alfa. Após o regular curso processual, o feito foi concluso para sentença e o magistrado, observando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deve julgar a pretensão indenizatória de Pedro

a) Procedente, diante da responsabilidade civil objetiva do Estado, não incidindo a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima.

b) Procedente em parte, diante da responsabilidade civil subjetiva do Estado, incidindo a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima apenas para fins de compensação no valor da indenização.

c) Improcedente, uma vez que, apesar da responsabilidade civil subjetiva do Estado, não ficou demonstrado abuso ou excesso na conduta policial.

d) Improcedente, uma vez que, apesar da responsabilidade civil objetiva do Estado, incide a excludente da responsabilidade do caso fortuito ou força maior,

e) Improcedente, uma vez que, apesar da responsabilidade civil objetiva do Estado, incide a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva de terceiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a responsabilidade objetiva do Estado e o Tema 1055 do STF.

A alternativa A está correta, pois é o teor do Tema 1055, STF, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: "É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física". (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa B está incorreta, pois haverá responsabilidade objetiva do Estado, consoante Tema 1055, STF, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: “É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física”. (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa C está incorreta, pois a pretensão indenizatória de Pedro será procedente, haja visto que a responsabilidade do Estado é objetiva, consoante Tema 1055, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: “É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física”. (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa D está incorreta, haja visto que, no caso em tela, não incidirá a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, já que não se trata de hipótese em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas. É o que determina o Tema 1055, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: “É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física”. (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

A alternativa E está incorreta, pois não incidirá excludente de responsabilidade, haja visto não se tratar de hipótese em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas. É o que determina o Tema 1055, que fixou a seguinte tese de repercussão geral: “É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física”. (RE 1209429, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 10-06-2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-208 DIVULG 19-10-2021 PUBLIC 20-10-2021).

QUESTÃO 27. A juíza Joana, que acabou de se tornar vitalícia, foi convidada por veículo de imprensa para dar uma entrevista sobre determinado caso. Preocupada com as cautelas que

deve adotar, Joana verificou que, de acordo com o Código de Ética da Magistratura Nacional, editado pelo Conselho Nacional de Justiça, deve

a) abster-se de emitir opinião sobre processo pendente de seu julgamento, mas pode fazê-lo em relação ao processo que será julgado por outro magistrado.

b) A abster-se de emitir juízo depreciativo sobre despachos, votos, sentenças ou acórdãos, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos, doutrinária ou no exercício do magistério.

c) observar que, caso se manifeste sobre processo pendente de seu julgamento, não poderá fazer juízo de valor sobre fatos ainda não decididos e deverá automaticamente se declarar suspeita para prosseguir no feito após a entrevista.

d) observar os sigilos legais decretados em processos judiciais, somente podendo dar entrevista porque já adquiriu a vitaliciedade, que, no primeiro grau, é adquirida após dois anos de exercício.

e) observar os sigilos legais decretados em processos judiciais, mas não lhe é exigido que evite comportamentos que impliquem busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O artigo 12, II, do Código de Ética da Magistratura responde a todas as alternativas. Com efeito, consoante ao aludido dispositivo Art. 12. Cumpre ao magistrado, na sua relação com os meios de comunicação social, comportar-se de forma prudente e equitativa, e cuidar especialmente: [...] II – de abster-se de emitir opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos, sentenças ou acórdãos, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos, doutrinária ou no exercício do magistério.

QUESTÃO 28. No plano internacional, as duas principais normas a respeito do trabalho do adolescente são as Convenções da Organização Internacional do Trabalho nº 138, de 1973, sobre a idade mínima de admissão ao emprego, e nº 182, de 1999, sobre as piores formas de trabalho infantil. No plano nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, do Art. 60 ao 69, prevê o direito à profissionalização e à proteção no trabalho infantil.

Baseado nas normas internacionais e internas de proteção à criança e ao adolescente, além da CRFB/88, analise as afirmativas a seguir.

1. A CRFB/88 proíbe o trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

II. A Convenção 182 estipula que o trabalho nas atividades consideradas como piores formas de trabalho é proibido antes dos 16 anos de idade.

III. É permitida qualquer atividade laboral realizada por adolescentes menores de 14 anos que se mostre imprescindível à sobrevivência e ao sustento do próprio trabalhador infantil e de sua família.

IV. A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente tem, como um de seus desdobramentos, a doutrina da situação irregular, ambas albergadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) IV, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I e II, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A assertiva I está correta. Conforme dispõe o artigo 7º, XXXIII, da CF: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

A assertiva II está incorreta. A Convenção n. 182 da OIT veda as piores formas de trabalho infantil. Nos termos do artigo 2: Para efeitos da presente Convenção, o termo "criança" designa toda pessoa menor de 18 anos.

A assertiva III está incorreta. Nos termos do artigo 7º, XXXIII, da C, é proibido qualquer trabalho aos menores de 14 anos: Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

O item IV está incorreto. A doutrina da proteção integral não foi adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente vigente. Com efeito, dispõe o artigo 1º, da Lei n. 8.069/1990: Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Assim, considerando que apenas a assertiva I está correta, a alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 29. Com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais construídos após intensa consulta pública mundial, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas possui propósitos ambiciosos e transformadores, com grande foco nas pessoas mais

vulneráveis Um compromisso internacional de tal porte exige a atuação de todos os Poderes da República Federativa do Brasil e a participação do Supremo Tribunal Federal (STF) é fundamental para a efetivação de medidas para este desafio mundial tendo em vista a possibilidade de se empreender no âmbito da Corte políticas e ações concretas. Como primeiras iniciativas, todos os processos de controle de constitucionalidade e com repercussão geral reconhecida indicados pelo Presidente para a pauta julgamento estão classificados com o respectivo objetivo de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, o periódico de informativo de jurisprudência do STF já conta com essa marcação, permitindo a correlação clara e direta sobre o julgamento e os ODS. Avançou também neste momento para os processos julgados, com acórdãos publicados no ano de 2020.

Neste amplo projeto de aproximação do STF com a Agenda 2030, estão programadas para as próximas etapas a identificação de processos de controle concentrado e com repercussão geral reconhecida ainda em tramitação, mesmo sem indicação de julgamento próximo (Disponível em <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>).

Entre os ODS, o Objetivo 16 visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, mediante o cumprimento de algumas metas.

As opções a seguir apresentam, corretamente, algumas dessas metas, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
- b) Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- c) Garantir tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
- d) Até 2030, zerar os fluxos financeiros e os de armas ilegais, reforçar a recuperação e a devolução de recursos roubados e combater as formas de crime organizado ligadas a crimes hediondos.
- e) Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da previsão contida no item 16.9: Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

A alternativa B está incorreta. Está previsto no item 16.5: Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

A alternativa C está incorreta. Conforme previsto no 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

A alternativa D está correta. Nos termos o item 16.4, a meta é reduzir e não zerar: Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

A alternativa E está incorreta. Trata-se do item16.a: Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

QUESTÃO 30. O termo compliance pode ser entendido como "estar em conformidade" e vem ganhando crescente importância na implementação de estruturas, processos e mecanismos tanto no setor privado como no setor público. Para minimizar os riscos de corrupção, o compliance foi ganhando espaço no setor público, especialmente com a entrada em vigor da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Por meio da responsabilidade subjetiva, as empresas podem ser punidas por atos de corrupção, independentemente de culpa, bastando a comprovação de que tais atos tenham sido praticados em seu interesse ou benefício.

II. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

III. A Lei Anticorrupção não abrange todas as esferas da Administração Pública (municipal, estadual e federal), tendo incidência direta apenas no âmbito federal.

Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I está incorreto. Nos termos do artigo 2º da Lei n. 12.846/2023: As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

A responsabilidade objetiva é aquela que independe de culpa, e norteia a Lei n. 12.846 no tocante à punição das pessoas jurídicas por atos de corrupção.

O item II está correto. Trata-se da literalidade do artigo 3º da Lei n. 12.846/2023: A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

O item III está incorreto. Consoante ao artigo 1º da Lei n. 12.846/2023: Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Trata-se de uma Lei Nacional que deve ser observada por toda a Administração Pública: poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal.

Assim, considerando que apenas o item II está correta, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

QUESTÃO 31. Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore foram elaborados pelo Grupo de Integridade Judicial, constituído sob os auspícios das Nações Unidas. Sua elaboração teve início no ano de 2000, em Viena (Austria), os princípios foram formulados em abril de 2001, em Bangalore (Índia) e oficialmente aprovados em novembro de 2002, em Haia (Holanda). Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore é um projeto de Código Judicial em âmbito global, elaborado com base em outros códigos e estatutos, nacionais, regionais e internacionais, sobre o tema, dentre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU. (...). Os Princípios de Bangalore subsidiaram a elaboração do Código Ibero-Americano de Ética Judicial, promovido pela Cúpula Judicial Ibero-Americana, para ser instrumento norteador de condutas no âmbito dos países Ibero-Americanos, traduzido e editado pelo Centro de Estudos Judiciários. (https://www.unodc.org/documents/lpobrazil/Topics_corruption/Publicacoes/2008_Comentarios_aos_Principios_de_Bangalore.pdf)

De acordo com os mencionados Princípios de Bangalore, o Juiz que acabou de ingressar na magistratura deve observar que

a) a motivação em matéria de Direito deve limitar-se a invocar as normas aplicáveis, especialmente nas resoluções sobre o fundo dos assuntos, não devendo ostentar uma intensidade máxima.

b) a vinculação ocorre apenas pelo texto das normas jurídicas vigentes, e não pelas razões nas quais se fundamentam, em atendimento ao princípio da legalidade.

c) a independência judicial implica que, sob o ponto de vista ético, o Juiz não deve participar, de qualquer modo, de atividade política partidária.

d) a obrigação da formação continuada dos juízes restringe-se às matérias especificamente jurídicas, para evitar subjetivismo em relação a outros ramos do conhecimento.

e) o segredo profissional tem como fundamento salvaguardar a confiança no Judiciário e não especificamente os direitos das partes e das pessoas próximas perante o uso indevido de informações obtidas pelo Juiz no desempenho das suas funções.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Consoante ao artigo 24 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: A motivação em matéria de Direito não pode limitar-se a invocar as normas aplicáveis, especialmente nas resoluções sobre o fundo dos assuntos.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 40 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: O Juiz deve sentir-se vinculado não só pelo texto das normas jurídicas vigentes, mas também pelas razões nas quais se fundamentam.

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 4º do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: A independência judicial implica que, sob o ponto de vista ético, o Juiz não deve participar, de qualquer modo, em actividade política partidária.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 30 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: A obrigação de formação contínua dos juízes estende-se tanto às matérias especificamente jurídicas quanto ao que se refere aos conhecimentos e técnicas que possam favorecer o melhor cumprimento das funções judiciais.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o artigo 61 do Código Ibero-Americano de Ética Judicial: O segredo profissional tem como fundamento salvaguardar os direitos das partes e das pessoas próximas perante o uso indevido de informações obtidas pelo Juiz no desempenho das suas funções.

QUESTÃO 32. O Estado Alfa publicou lei estadual, de iniciativa do Judiciário estadual, instituindo o novo Código de Organização Judiciária daquele Estado, que contém dispositivo que disciplina os critérios de desempate em caso de promoção de juízes por antiguidade.

A norma prevê que verificado empate, na apuração da antiguidade, dar-se-á a precedência ao magistrado mais antigo na carreira. Permanecendo o impasse, promover-se-á aquele que tiver maior tempo de serviço público, ou, sucessivamente, o mais idoso.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a citada norma é

a) inconstitucional, porque, não obstante Estado tenha competência para legislar sobre o tema, desde que observada a iniciativa de lei ao Judiciário, a norma conflita com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional que dispõe que, havendo empate na antiguidade, terá precedência o Juiz com maior produtividade.

b) constitucional, porque são cabíveis, como medida de desempate concorrentes promoção por antiguidade, condições estranhas à função jurisdicional, desde que no âmbito do serviço público, mediante a utilização do critério de tempo de serviço público que favoreça o magistrado com trajetória profissional exercida no setor público.

c) inconstitucional, porque, não obstante o Estado tenha competência para legislar sobre o tema, desde que observada a iniciativa de lei ao Judiciário, a norma conflita materialmente com a Constituição da República que prevê que, na Justiça dos Estados, apurar-se-á na entrância a antiguidade e, havendo empate na antiguidade, terá precedência o Juiz mais antigo na carreira, ou, sucessivamente, o mais idoso.

d) constitucional, porque os Tribunais possuem autogoverno e competência para editar seus regimentos internos, podendo complementar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional no que tange à alteração da organização e da divisão judiciárias.

e) inconstitucional, por violar a reserva de lei complementar e a iniciativa da Suprema Corte disciplinar matéria concernente ao Estatuto da Magistratura, veiculando conteúdo que exorbitou indevidamente do regramento estabelecido pela LOMAN.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 6772: Compete à União, mediante lei complementar de iniciativa reservada ao Supremo Tribunal Federal, legislar sobre a organização da magistratura nacional (art. 93, caput, da CF/88). Enquanto esta norma não é editada, a uniformização do regime jurídico da magistratura permanece sob a regência da LC 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura - LOMAN). Portanto, as disposições e regras nela previstas devem ser seguidas por todos os legisladores estaduais e do Distrito Federal, sob pena de incidirem em inconstitucionalidade formal, de modo que o tempo de serviço público — como previsto na norma estadual impugnada — representa critério estranho aos fixados pela LOMAN. STF. Plenário. ADI 6772/AL, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 23/9/2022 (Info 1069).

Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra E, que exclui as demais alternativas.

QUESTÃO 33. O caso Valência Campos e outros vs. Bolívia, apreciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2022, suscitou a análise acerca das garantias que devem ser asseguradas nos cursos de operações policiais de busca e apreensão em domicílios no período noturno. A Corte IDH declarou a responsabilidade do Estado boliviano à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (“Convenção”) pela violação de uma série de direitos das vítimas que, à época dos fatos, foram alvo de uma operação policial que tinha por objetivo identificar e deter os supostos autores de um roubo de grande repercussão na Bolívia.

Sobre as contribuições dessa sentença à jurisprudência interamericana, assinale a afirmativa correta.

a) A Corte se absteve de declarar violações aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), por entender que o caso envolveu apenas violações relativas aos direitos às garantias judiciais, à liberdade pessoal e à intimidade, isto é, Direitos de natureza civil.

b) O entendimento da Corte IDH sobre a limitação de operações de invasão domiciliar durante a noite tem por fundamento o direito à vida privada, previsto no Art. 11 da Convenção e as obrigações estatais de proteção da família, decorrentes do Art. 17 da Convenção.

c) A Corte IDH concluiu que as operações de invasão domiciliar noturnas somente podem ser consideradas compatíveis com a Convenção Americana em situações de consentimento, flagrância ou de comprovada periculosidade do alvo da operação.

d) O caso Valência Campos vs. Bolívia reflete uma tendência recente da Corte IDH de restringir o conceito de “vítima”, compreendendo como tais apenas os indivíduos que foram diretamente atingidos pelos atos praticados por agentes do Estado, no caso, as pessoas que eram alvos das invasões domiciliares noturnas.

e) A Corte IDH concluiu que o Estado não violou o direito à presunção de inocência ao exibir as vítimas aos meios de imprensa, tendo em consideração que o caso teve grande repercussão midiática e que o Estado não poderia prevenir tal exposição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema busca domiciliar.

A alternativa A está incorreta. Alega que a Corte se absteve de declarar violações aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), focando apenas em direitos de natureza civil. No entanto, este argumento é redutor e não reflete integralmente aquilo que foi decidido pela Corte, que abordou também o direito à família.

A alternativa B está correta. A Corte IDH fundamentou sua decisão nos direitos à vida privada (Art. 11 da CADH) e na proteção da família (Art. 17 da CADH) ao considerar as restrições às invasões domiciliares durante a noite. Essa interpretação reflete a preocupação da Corte com a inviolabilidade do lar como um espaço privado e a família como núcleo fundamental que deve ser protegido de intrusões arbitrárias e abusivas, especialmente em horários nos quais a privacidade é presumidamente mais significativa.

A alternativa C está incorreta. Não houve decisão estrita nesse sentido. Sugerir que operações noturnas são permitidas apenas em casos de consentimento, flagrância, ou periculosidade comprovada não aborda completamente o espectro de considerações que a Corte faz ao avaliar essas operações sob a CADH. O foco está mais no respeito pela vida privada e proteção da família do que em critérios específicos para ingresso.

A alternativa D está incorreta. Não há essa tendência de restrição nas decisões da corte. Afirmar que a Corte restringiu o conceito de "vítima" é incorreto. A Corte não se concentrou restritivamente nos indivíduos diretamente atingidos, mas considerou o impacto das ações do Estado sobre todos os residentes do domicílio invadido, reconhecendo múltiplas vítimas potenciais em suas decisões.

A alternativa E está incorreta. A Corte frequentemente examina alegações de violação do direito à presunção de inocência em relação à exposição midiática. A alternativa falha ao sugerir que a Corte concluiu não haver violação. Na verdade, a exposição midiática sem medidas de controle pelo Estado pode ser vista como prejudicial à presunção de inocência das vítimas.

QUESTÃO 34. A competência consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos constitui um dos mecanismos por meio dos quais o Tribunal exerce sua função de interpretação da

Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao lado do exercício de suas competências contenciosa e cautelar.

Sobre as Opiniões Consultivas emitidas pela Corte IDH, assinale a afirmativa correta.

a) As Opiniões Consultivas só podem ser solicitadas por Estados que reconhecem a competência da Corte IDH nos termos do Art. 64 da Convenção e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

b) Na Opinião Consultiva nº 1 de 1982, denominada Outros tratados, objecto de la función consultiva de la Corte, a Corte IDH reconheceu que sua competência consultiva compreende qualquer tratado internacional aplicável aos Estados do sistema interamericano, desde que o instrumento possua caráter multilateral.

c) As Opiniões Consultivas não podem versar sobre disposições normativas concretas de um determinado Estado, apenas sobre as situações hipotéticas e sobre a interpretação de tratados internacionais em relação aos quais é competente.

d) Caso encontre disposições incompatíveis com a Convenção no exame das matérias submetidas em sede de solicitação de opinião consultiva, a Corte poderá ordenar ao Estado que adote as medidas necessárias para adequá-las ao corpus juris interamericano.

e) As Opiniões Consultivas da Corte IDH podem ser consideradas modalidade de exercício preventivo do controle de convencionalidade e são fontes standards que devem ser consideradas pelos Estados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema opiniões consultivas da Corte IDH.

A alternativa A está incorreta. Outros órgãos autorizados, como alguns órgãos subsidiários da OEA, também podem solicitar opiniões consultivas, não se limitando apenas aos Estados e à Comissão.

Convenção Americana de Direitos Humanos. ARTIGO 64. 1. Os Estados-Membros da Organização poderão consultar a Corte sobre a interpretação desta Convenção ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Também poderão consultá-la, no que lhes compete, os órgãos enumerados no capítulo X da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires. 2. A Corte, a pedido de um Estado-Membro da Organização, poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os mencionados instrumentos internacionais.

A alternativa B está incorreta. A Corte IDH possui competência para interpretar qualquer tratado internacional que os Estados membros estejam obrigados, independentemente de ser multilateral ou não.

A alternativa C está incorreta. A Corte pode emitir opiniões sobre questões concretas se estas estiverem relacionadas à interpretação de tratados no contexto interamericano.

A alternativa D está incorreta. A função das Opiniões Consultivas é essencialmente interpretativa e não contém poder compulsório. A Corte não pode "ordenar" ações aos Estados em contexto consultivo, apenas sugere ou esclarece a legislação.

A alternativa E está correta. Função Preventiva: As Opiniões Consultivas da Corte IDH servem como uma ferramenta preventiva no controle de convencionalidade. Isso significa que antes de uma potencial violação de direitos humanos se tornar um caso contencioso, a Corte pode orientar os Estados sobre como interpretar e aplicar suas obrigações sob tratados internacionais para evitar tais violações.

Fontes Standards: Essas opiniões são consideradas fontes normativas que orientam os Estados sobre como alinhar suas leis e práticas com os padrões internacionais de direitos humanos, refletindo a interpretação autorizada da Corte sobre diversas questões jurídicas.

QUESTÃO 35. Os Direitos Humanos assumiram, na atualidade, uma posição de centralidade no ordenamento jurídico, razão pela qual os conteúdos desses direitos agem como importante vetor interpretativo.

Acerca das características e especificidades dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

a) A universalidade dos Direitos Humanos acompanhou a evolução e o processo de internacionalização desses direitos. No entanto, apesar de sua relevância histórica, não consta expressamente de tratados e declarações internacionais, sendo fruto de um processo interpretativo.

b) A abertura limitada dos Direitos Humanos possui relação com sua amplitude semântica; por isso, no processo legislativo admite-se a expansão do rol desses direitos somente no plano internacional, vedada inovação no âmbito interno.

c) A impossibilidade de o próprio titular de direitos renunciar à proteção e permitir que eles sejam violados é chamada pela doutrina de imprescritibilidade dos Direitos Humanos.

d) O Art. 5º, § 2º, da CRFB/88, in verbis: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”, é um exemplo de universalidade dos Direitos Humanos.

e) A relevância da transnacionalidade, como característica dos Direitos Humanos, possui especial aplicabilidade atualmente, orientando os fluxos de refugiados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema teoria geral de direitos humanos.

A alternativa A está incorreta. A universalidade dos Direitos Humanos está explicitamente mencionada em diversos documentos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), contrariando a afirmação de que não está expressa em tratados.

Declaração Universal de Direitos Humanos. Artigo 1º. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

A alternativa B está incorreta. O princípio da abertura dos catálogos de direitos humanos permite que novos direitos sejam reconhecidos tanto em nível internacional quanto interno. O Art. 5º, § 2º, da CRFB/88 exemplifica essa possibilidade no Brasil, refutando a ideia de vedação interna.

A alternativa C está incorreta. O termo "imprescritibilidade" se refere à característica de direitos humanos de não serem sujeitos a prazos que os extinguem, enquanto a "irrenunciabilidade" descreve a impossibilidade de renúncia aos direitos.

A alternativa D está incorreta. O citado artigo, Art. 5º, § 2º, da CRFB/88, é melhor descrito como um exemplo do princípio da abertura ou complementaridade dos direitos humanos dentro do ordenamento jurídico brasileiro, não diretamente da universalidade.

A alternativa E está correta. Transnacionalidade: Esta característica reflete a ideia de que os direitos humanos não são limitados por fronteiras nacionais e devem ser respeitados independentemente do local onde a pessoa se encontre.

Aplicabilidade aos Refugiados: Especialmente relevante para os refugiados, a transnacionalidade assegura que seus direitos humanos sejam protegidos em qualquer país que se encontrem, refletindo o princípio de universalidade e não-discriminação.

Estatuto dos Refugiados. Art. 1º (...) 2) Que, em conseqüência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em conseqüência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

QUESTÃO 36. Casos envolvendo o delito de desaparecimento forçado têm sido constante na jurisprudência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde a primeira sentença que proferiu no caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, em 1987. O Tribunal reconhece que se trata de violação múltipla aos direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A respeito do tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo o entendimento da Corte IDH, o crime de desaparecimento forçado é um crime permanente que se prolonga no tempo até que o Estado comprove que o desaparecido já morreu.

II. A proibição do desaparecimento forçado possui status de ius cogens.

III. A Corte IDH reconhece o direito autônomo dos familiares a conhecer a verdade, que compreende não apenas as obrigações estatais derivadas dos artigos 8 e 25 da Convenção, mas também o direito de acesso à informação prescrito no Art. 13.1.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desaparecimento forçado.

A assertiva I está incorreta. De acordo com a jurisprudência da Corte IDH, o crime de desaparecimento forçado é considerado um crime permanente, que continua ocorrendo enquanto o paradeiro da pessoa desaparecida ou os detalhes de sua morte permanecerem desconhecidos. Esse entendimento foi estabelecido em casos como Velásquez Rodríguez vs. Honduras.

A assertiva II está correta. O status de ius cogens significa que uma norma é obrigatória e aceita pela comunidade internacional de Estados como uma norma da qual não se pode derogar. A proibição do desaparecimento forçado é considerada uma norma de ius cogens, implicando que todos os Estados devem observá-la independentemente de suas legislações domésticas.

A assertiva III está correta. A Corte IDH reconhece o direito autônomo dos familiares a conhecer a verdade, que compreende não apenas as obrigações estatais derivadas dos artigos 8 e 25 da Convenção, mas também o direito de acesso à informação prescrito no Art. 13.1."

Portanto, considerando que apenas os itens II e III estão corretos e o item I está incorreto, as alternativas A C, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 37. Acerca da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, assinale a afirmativa correta.

a) A Carta da OEA foi editada durante a 9ª Conferência Interamericana realizada em Bogotá, em 1948. Em razão da sua finalidade precípua de constituir formalmente a Organização dos Estados Americanos, o referido documento internacional não continha disposições relacionadas aos Direitos Humanos. Com vistas à abordagem desta temática específica, foi posteriormente editada a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

b) A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem é também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, por ter sido adotada durante a Conferência Especializada interamericana sobre Direitos Humanos realizada naquela cidade, em 1969.

c) De acordo com a posição majoritária, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem possui força vinculante. Contudo, vincula apenas aqueles Estados que a ratificaram expressamente, não abrangendo todos os países que ratificaram a Carta da OEA.

d) A Carta da OEA abordou o tema dos Direitos Humanos de forma mais genérica. Já a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem é considerada uma interpretação autêntica dos dispositivos genéricos de proteção dos Direitos Humanos da Carta.

e) A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem foi inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada poucos meses antes pela Organização das Nações Unidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

A alternativa A está incorreta. A Carta da OEA, desde sua primeira edição, já continha disposições sobre direitos humanos, embora de forma mais genérica. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que também foi aprovada em Bogotá em 1948, serviu como um texto mais específico e detalhado sobre direitos humanos na região.

A alternativa B está incorreta. O "Pacto de São José da Costa Rica" é outro nome para a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que é um tratado diferente e foi adotado em 1969, mais de 20 anos após a Declaração Americana.

A alternativa C está incorreta. A Declaração Americana, sendo uma declaração e não um tratado, não possui força vinculante da mesma forma que um tratado internacional teria. Ela é considerada uma fonte de obrigação moral e uma expressão de princípios, mas não é legalmente vinculante como um tratado.

A alternativa D está correta. A Carta da OEA tratou dos direitos humanos de forma mais genérica e a Declaração Americana serviu como uma interpretação mais específica. Assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é considerada interpretação autêntica da Carta das Nações Unidas, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem também é considerada uma interpretação autêntica dos dispositivos genéricos de proteção dos Direitos Humanos da Carta da OEA.

A alternativa E está incorreta. É certo que a Declaração Americana foi diretamente influenciada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela ONU em abril de 1948. Ambas as declarações compartilham muitos princípios e foram criadas em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, visando estabelecer um padrão de direitos humanos à escala global e regional, respectivamente.

No entanto, a Declaração Americana de Direitos Humanos é de dezembro do mesmo ano. Porém, a Declaração Americana se valeu dos trabalhos preparatórios da Declaração Universal. Então, a DUDH inspirou a Declaração Americana.

QUESTÃO 38. Em relação ao controle de convencionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) De acordo com a teoria do duplo controle, as normas jurídicas devem guardar compatibilidade não apenas com a respectiva Constituição nacional, mas também com as disposições internacionais acolhidas pelo respectivo Estado-parte. Assim, para ser considerada

hígida, a norma deve passar tanto pelo controle de constitucionalidade quanto pelo controle de convencionalidade.

b) Enquanto o controle judicial de constitucionalidade é exercido de modo exclusivo pelo Poder Judiciário nacional, o controle judicial de convencionalidade é exercido de modo exclusivo pelos órgãos internacionais competentes, de acordo com o que preconiza o tratado ou a convenção internacional específica.

c) De acordo com a classificação doutrinária comumente empregada, o controle judicial de convencionalidade realizado no plano internacional, pode ocorrer pela via concentrada ou pela via difusa. Já o controle judicial de convencionalidade realizado no plano interno somente pode ocorrer pela via concentrada, isto é, pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário nacional.

d) De acordo com a teoria do duplo controle, impõe-se ao órgão internacional com competência para a realização do controle de convencionalidade que promova, igualmente, o controle de constitucionalidade das normas jurídicas analisadas, aferindo a sua compatibilidade em face da Carta Constitucional do respectivo Estado-parte.

e) Diversamente do que se verifica em relação ao controle de constitucionalidade, comumente atribuído pelas cartas constitucionais a todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), no plano nacional, o controle de convencionalidade é imputado ao Poder Judiciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema teoria do duplo controle.

A alternativa A está correta. Esta afirmativa reflete adequadamente a teoria do duplo controle, que é fundamental no direito internacional dos direitos humanos. Segundo essa teoria, as normas internas de um país devem ser compatíveis tanto com a constituição nacional quanto com os tratados internacionais dos quais o país é parte. Este princípio é especialmente relevante nos sistemas jurídicos que adotam o controle de convencionalidade, como os países que são partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O controle de convencionalidade é uma análise para assegurar que as leis nacionais estejam em conformidade com os tratados internacionais.

A alternativa B está incorreta. O controle de convencionalidade não é exclusivo dos órgãos internacionais. Na verdade, esse controle é frequentemente realizado pelos tribunais nacionais dos Estados-partes para verificar a conformidade das normas nacionais com os tratados internacionais. Os tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, realizam um papel de supervisão e última palavra, mas não de exclusividade no controle.

A alternativa C está incorreta. O controle de convencionalidade no plano interno não se limita à via concentrada (único tribunal superior). Ele pode ocorrer tanto de forma concentrada quanto de forma difusa, dependendo do sistema jurídico do país em questão. No Brasil, qualquer juiz ou tribunal pode exercer o controle de convencionalidade em qualquer caso apresentado a ele.

A alternativa D está incorreta. Órgãos internacionais, como a Corte Interamericana, não têm mandato ou jurisdição para realizar controle de constitucionalidade de normas nacionais conforme as constituições dos estados-partes. Eles se limitam ao controle de convencionalidade, verificando a compatibilidade com tratados internacionais.

A alternativa E está incorreta. Segundo Flávia Piovesan, enquanto o controle de convencionalidade é frequentemente associado ao Poder Judiciário, ele não é exclusivo deste poder. Em teoria, todos os poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) deveriam considerar a conformidade das normas com tratados internacionais em suas ações e legislações.

QUESTÃO 39. No que concerne à ação de mandado de segurança, assinale a afirmativa correta.

a) Proferindo o juiz sentença de procedência do pedido, estará ela sujeita ao reexame necessário pelo órgão de segunda instância.

b) A decisão de indeferimento da medida liminar é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento, não o sendo, contudo, a que a defere.

c) O juiz poderá, caso repute necessário para a completa instrução do feito, determinar a colheita do depoimento pessoal da autoridade impetrada.

d) O impetrante dispõe do prazo de cento e vinte dias para ajuizar a demanda, contados a partir da edição, pela autoridade impetrada, do ato impugnado.

e) Concedida a segurança, para o fim de assegurar ao impetrante o recebimento de vantagens pecuniárias, não lhe será lícito deduzir pretensão de execução por quantia certa em sede de cumprimento de sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata de diversas regras a respeito do mandado de segurança.

A alternativa A está correta, pois a sua previsão vai ao encontro daquilo que está estabelecido no art. 14, §1º, da Lei 12.016/2009: “Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição”. Portanto, perceba que a exigência do duplo grau de jurisdição obrigatório, na sistemática da legislação do mandado de segurança, só existe em caso de procedência do pedido formulado pela parte autora e independe do valor da condenação (trata-se de uma sistemática diferente daquela estabelecida pelo CPC).

A alternativa B está incorreta. Na verdade, por expressa previsão legal, o agravo de instrumento será cabível tanto no deferimento quanto no indeferimento da medida liminar. Isso está disposto no art. 7º, §1º, da Lei 12.016/2009: “Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil”.

A alternativa C está incorreta. A propositura do mandado de segurança exige que o direito debatido em juízo seja líquido e certo, o que significa dizer que ele deve ser demonstrável de plano, independentemente de qualquer dilação probatória, logo, não há espaço para a produção de provas dentro do seu procedimento, de modo que o depoimento pessoal da autoridade impetrada não é cabível. Essa exigência de direito líquido e certo pode ser encontrada no art. 1º da Lei 12.016/2009: “Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou

habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça”.

A alternativa D está incorreta. O prazo mencionado na alternativa está correto, mas o termo inicial indicado está equivocado. Na verdade, de acordo com a legislação, os 120 dias serão contados a partir do momento em que o interessado tomar ciência da prática do ato que poderá ser impugnado por meio do mandado de segurança. Isso está no art. 23 da Lei 12.016/2009: “O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado”.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, é possível o ajuizamento de um cumprimento de sentença para a cobrança de eventuais vantagens pecuniárias vencidas no período entre o ajuizamento da ação e a sentença que concede a segurança (a título de ilustração, veja a decisão do STJ no AgInt no REsp 1.968.010). Por exemplo, se um servidor público ajuizar uma ação pleiteando o pagamento de um determinado adicional previsto em lei, as parcelas vencidas entre o ajuizamento da ação e a sentença concessiva da segurança deverão ser cobradas por meio de um cumprimento de sentença, enquanto as parcelas supervenientes à sentença já serão pagas em âmbito administrativo, logo, não há necessidade de cumprimento de sentença em relação a estas últimas. Por fim, as parcelas eventualmente vencidas antes do ajuizamento do mandado de segurança terão de ser cobradas por meio de uma ação própria, em razão das Súmulas 269 (“O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança”) e 271 (“Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria”), ambas do STF.

QUESTÃO 40. André intentou ação popular, pleiteando a declaração de nulidade de contrato celebrado entre a Administração Pública e a sociedade empresária X. De acordo com a petição inicial, o contrato impugnado, além de lesivo ao patrimônio público, foi fruto de desvio de finalidade, consubstanciado no propósito de favorecer a empresa contratada. A peça exordial foi distribuída no dia 27 de fevereiro de 2024 a um juízo dotado de competência para matéria fazendária de uma determinada comarca. Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, as citações dos litisconsortes passivos ocorreram nos dias 25 e 28 de março de 2024.

Ignorando a iniciativa de André, Bruno também ajuizou ação popular para ver declarado nulo o mesmo contrato, estribando-se, para tanto, no argumento de que a avença padecia de vícios de forma e de incompetência do agente estatal que a firmara. A petição inicial foi distribuída a um outro juízo fazendário da mesma comarca, o que se deu no dia 05 de março de 2024, efetivando-se as citações, após o juízo positivo de admissibilidade da demanda, nos dias 18 e 21 de março de 2024.

Nesse cenário, é correto afirmar que

a) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.

b) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.

c) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.

d) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.

e) não está configurada a conexão nem a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos tramitar separadamente perante os juízos aos quais foi distribuída cada petição inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata de conexão e continência.

A alternativa A está correta. Em primeiro lugar, é necessário destacar que estamos diante de uma hipótese de conexão, tendo em vista que as ações ajuizadas por Bruno e André, apesar de contarem com diferentes causas de pedir (uma delas se fundamenta em desvio de finalidade, enquanto a outra se fundamenta em desvio de forma e incompetência), possuem o mesmo pedido, que é a declaração de nulidade do contrato firmado entre a Administração Pública e a sociedade empresária X. A respeito do tema, o CPC afirma o seguinte: “Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. §1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado”. Assim, considerando a existência de conexão entre as duas ações, e sabendo que nenhuma delas teve sentença, podemos concluir que deve ocorrer a reunião para julgamento conjunto, e, nesse caso, o juízo competente será aquele para o qual foi distribuída a petição inicial de André, pois se trata do juízo prevento, já que a primeira petição inicial foi distribuída naquele local. Essas regras estão nos arts. 58 e 59 do CPC: “Art. 58. A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente. Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo”.

Por fim, destacamos que não está presente a continência entre as duas ações, tendo em vista que, para a sua configuração, deve haver identidade de partes e de causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, deve abranger o das demais (art. 56, CPC). Na situação narrada pelo enunciado, como já explicado acima, as partes e a causa de pedir são absolutamente distintas, logo, está totalmente afastada a continência.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 41. No que se refere à disciplina legal dos honorários advocatícios, é correto afirmar que

a) é possível a sua compensação nas hipóteses de sucumbência parcial.

b) é vedada a percepção de honorários sucumbenciais por advogados públicos.

c) os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo, nas hipóteses de perda superveniente do interesse de agir.

d) não serão devidos honorários sucumbenciais quando a parte vitoriosa no processo for advogado atuando em causa própria.

e) não será lícito ao advogado valer-se de ação autônoma para cobrar o respectivo valor, transitando em julgado decisão que tenha sido omissa quanto ao direito aos honorários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema dos honorários advocatícios.

A alternativa A está incorreta. Por expressa disposição legal, é absolutamente vedada a compensação de honorários nas hipóteses de sucumbência parcial. Isso pode ser encontrado no art. 85, §14, do CPC: “Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial”.

A alternativa B está incorreta. Tal como os advogados privados, os advogados públicos também possuem direito à percepção de honorários advocatícios, desde que, no âmbito do respectivo ente federativo, exista uma lei regulamentando a questão. O próprio CPC autoriza essa percepção no seu art. 85, §19: “Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei”.

A alternativa C está correta. Trata-se de exceção na qual é aplicável o princípio da causalidade, pois a parte que deu causa ao ajuizamento da ação terá o ônus de arcar com os honorários advocatícios decorrentes daquela demanda. Esse regramento pode ser extraído por meio de uma interpretação analógica no art. 85, §10, do CPC: “Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo”. Por exemplo, imagine que um servidor público ajuíze uma demanda pleiteando a concessão de um determinado benefício previsto em lei, e, logo após o ajuizamento, a Administração Pública opte por conceder o referido benefício já na via administrativa, o que pode resultar na extinção do processo por perda superveniente do interesse de agir, e, conseqüentemente, aplicando-se o princípio da causalidade, a responsabilidade pelos honorários pode ser atribuída à própria Administração Pública, já que foi a sua conduta que deu causa ao ajuizamento da ação. Portanto, trata-se de uma situação na qual não se aplica o princípio da sucumbência, segundo o qual os honorários são pagos pela parte derrotada no processo.

A alternativa D está incorreta. Mesmo que o advogado esteja pleiteando em causa própria, ele, por expressa previsão legal, ainda fará jus ao recebimento de honorários advocatícios. Isso está expresso no art. 85, §17, do CPC: “Os honorários serão devidos quando o advogado atuar em causa própria”.

A alternativa E está incorreta. Caso venha a transitar em julgado uma sentença que seja omissa a respeito dos honorários advocatícios, é possível que seja posteriormente ajuizada uma ação autônoma para definir o seu valor e, conseqüentemente, realizar a sua cobrança. Isso está no art. 85, §18, do CPC:

“Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança”.

QUESTÃO 42. Determinada pessoa jurídica estrangeira intentou demanda em que pleiteava a condenação da parte ré a lhe pagar uma obrigação derivada de contrato por ambas celebrado. Além do pedido principal, a autora requereu lhe fosse deferido o benefício da gratuidade de justiça, afirmando que não dispunha de condições econômicas que lhe permitissem arcar com as despesas do processo.

Ao tomar contato com a petição inicial, o juiz determinou a intimação do advogado da demandante para que anexasse documentos comprobatórios da alegada hipossuficiência econômica, o que não foi atendido. Na sequência, o magistrado indeferiu o requerimento da gratuidade de justiça e determinou a intimação da autora, uma vez mais na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de quinze dias, recolhesse os valores apurados a título de custas processuais e taxa judiciária. Contudo, a postura inerte do causídico persistiu, o que levou o juiz a determinar o cancelamento da distribuição

Sobre esse quadro, assinale a afirmativa correta.

- a) O juiz acertou ao determinar o cancelamento da distribuição, sendo a sua decisão impugnável por recurso de apelação.
- b) O juiz acertou ao determinar o cancelamento da distribuição, sendo a sua decisão impugnável por recurso de agravo de instrumento.
- c) O juiz errou ao assinar o prazo de quinze dias para o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, já que o prazo legal para tanto é de cinco dias.
- d) O juiz errou ao determinar a comprovação da alegada hipossuficiência econômica da autora, já que não assiste às pessoas jurídicas estrangeiras o direito à gratuidade de justiça.
- e) O juiz errou ao determinar a intimação do advogado da autora para que providenciasse o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, já que o destinatário desse ato intimatório deve ser a própria parte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da gratuidade de justiça e do seu indeferimento.

A alternativa A está correta. Uma vez tendo ocorrido o indeferimento do pedido de gratuidade de justiça e tendo a parte sido intimada, por meio de seu advogado, para realizar o pagamento das custas processuais e das despesas de ingresso (incluindo, portanto, a taxa judiciária), a inércia da parte após o decurso do prazo de 15 dias é motivo suficiente para que o juiz determine o cancelamento da distribuição. Isso está expresso no art. 290 do CPC: “Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias”. Além disso, tendo em vista que esse pronunciamento judicial tem o condão de pôr fim à

fase cognitiva do procedimento comum, é possível afirmar que se trata de uma sentença (art. 203, §1º, CPC), logo, o recurso adequado para impugnar esse pronunciamento é o recurso de apelação (art. 1.009, CPC).

A alternativa B está incorreta. Como já exposto na alternativa A, o magistrado agiu corretamente ao determinar o cancelamento da distribuição, mas, na verdade, a sua decisão não deve ser atacada por meio do agravo de instrumento, tendo em vista que não se trata de uma decisão interlocutória, e, sim, de uma sentença (art. 203, §1º, CPC).

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 290 do CPC, já transcrito nos comentários da alternativa A, o prazo legal para que a parte realize o recolhimento das custas processuais e das despesas de ingresso é, sim, de 15 dias, o que torna incorreta essa alternativa.

A alternativa D está incorreta. Na verdade, a gratuidade de justiça pode ser concedida para pessoas naturais e jurídicas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, por disposição expressa do art. 98 do CPC: “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”. Portanto, a pessoa jurídica possui direito à concessão da gratuidade de justiça, independentemente de ser brasileira ou estrangeira, mas desde que realize a devida comprovação da sua hipossuficiência (pois não há presunção de insuficiência financeira em favor delas, como estabelece o art. 99, §3º, do CPC).

A alternativa E está incorreta. O art. 290 do CPC, transcrito nos comentários da alternativa A, expressamente estabelece que a intimação para pagamento das custas e despesas de ingresso deve ser realizada na pessoa do advogado. Logo, no caso concreto narrado pelo enunciado, a conduta do magistrado foi correta.

QUESTÃO 43. Determinado credor, munido de nota promissória representativa de obrigação pecuniária certa, líquida e vencida há pouco tempo, sem que tivesse sido paga, ajuizou ação de conhecimento pleiteando a condenação do devedor a pagar o débito, com os consectários da mora.

Tomando contato com a postulação, o magistrado deverá

a) julgar liminarmente improcedente o pedido do autor.

b) indeferir de plano a petição inicial, haja vista a falta de interesse de agir.

c) converter de ofício o procedimento para o da execução por quantia certa.

d) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação do réu para apresentar resposta.

e) assinar prazo para que o autor emende a petição inicial, adequando-a à pretensão de execução por quantia certa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata de regras relativas ao procedimento comum e à execução de título extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. Não há qualquer embasamento legal para que o magistrado realize o julgamento de improcedência liminar do pedido do autor, tendo em vista que o caso narrado pelo enunciado não se encaixa em nenhum dos incisos do art. 332 do CPC, que são: “I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local”.

A alternativa B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Para entender essa alternativa, é necessário destacar, antes de mais nada, que a nota promissória é um título executivo extrajudicial (art. 784, I, CPC), logo, no caso concreto narrado pelo enunciado, o autor, mesmo munido desse título, optou por ajuizar uma ação de conhecimento, que, ao final, resultará na formação de um título executivo judicial em seu favor. O CPC atual autoriza expressamente essa conduta em seu art. 785: “A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial”. Entende-se, portanto, que há interesse de agir nessa hipótese, pois o título executivo judicial acaba sendo mais favorável do que o extrajudicial (por exemplo, o cumprimento de sentença prevê a multa de 10% em caso de ausência de pagamento voluntário, mas a execução de título extrajudicial não possui tal previsão), logo, a parte pode optar por ajuizar uma ação de conhecimento e, ao final, obter o título executivo judicial. Sendo assim, nessa situação específica, ao receber a inicial, o juiz deverá simplesmente ordenar a citação do réu para o prosseguimento do processo, tendo em vista que se trata de um caso de discricionariedade da parte autora, que pode não querer fazer uso da execução de título extrajudicial.

QUESTÃO 44. Depois de ter sido excluída de procedimento de licitação, a sociedade empresária A ajuizou demanda pelo procedimento comum, a fim de ver anulado o ato administrativo que a havia eliminado do certame, e bem assim aquele que adjudicara o seu objeto à sociedade empresária B. Na petição inicial, fez-se constar no polo passivo, apenas, o ente público responsável pela organização e condução do procedimento licitatório.

Tomando contato com a peça exordial, deverá o juiz

a) incluir de ofício no polo passivo a sociedade empresária B, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo necessário, e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação dos réus.

b) determinar de ofício a intimação da autora para que, em prazo a lhe ser assinado, emende a inicial para incluir no polo passivo a sociedade empresária B e requerer a sua citação, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo necessário.

c) incluir de ofício no polo passivo a sociedade empresária B, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo facultativo, e proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação dos réus.

d) determinar de ofício a intimação da autora para que, em prazo a lhe ser assinado, emende a inicial para incluir no polo passivo a sociedade empresária B e requerer a sua citação, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo facultativo.

e) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, só lhe sendo lícito determinar que a autora inclua no polo passivo a sociedade empresária B se o ente público suscitar a questão, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo facultativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre o tema do litisconsórcio.

A alternativa B está correta. Aqui, estamos diante de uma hipótese de litisconsórcio passivo necessário entre o Poder Público e a sociedade empresária B, tendo em vista que, se os pedidos do autor forem providos, eles resultarão na anulação de um determinado ato do procedimento licitatório e, também, na anulação da adjudicação, de modo que, indubitavelmente, a esfera jurídica da sociedade empresária B poderá ser diretamente atingida pela decisão proferida no processo. Assim, estamos diante da hipótese do art. 114 do CPC: “O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes”. Estando configurado o litisconsórcio passivo necessário, a sociedade empresária B deverá participar do processo, mas o magistrado não poderá realizar a sua inclusão de ofício, pois isso se trata de uma atribuição conferida ao autor. Logo, a conduta correta a ser adotada por ele é realizar a intimação do autor para que emende a inicial e requeira a citação da sociedade empresária B, conforme o art. 115, parágrafo único, CPC: “Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo”.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 45. A ação monitória é uma espécie de procedimento especial destinado àquele que, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, desejar obter título executivo judicial, com vistas a obter o cumprimento da obrigação perante o devedor.

Sobre a ação monitória, assinale a afirmativa correta.

a) Não é admissível a ação monitória em face da Fazenda Pública.

b) A ação monitória pode ter como objeto o cumprimento do direito de exigir o adimplemento de obrigação de fazer.

c) A citação por edital não é admitida em sede de ação monitória.

d) Sendo evidente o direito do autor de receber um crédito, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, concedendo ao réu o prazo de três dias para o cumprimento.

e) Cabe agravo de instrumento contra o pronunciamento jurisdicional que acolhe ou rejeita os embargos monitórios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da ação monitória.

A alternativa A está incorreta. Por expressa previsão legal, a ação monitória contra a Fazenda Pública também é admissível. Isso está no art. 700, §6º, do CPC: “É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública”.

A alternativa B está correta. Ao contrário do que se costuma imaginar, a ação monitória não se destina exclusivamente ao cumprimento de obrigações de pagar quantia. Na verdade, ela também pode ser utilizada para obter o direito de entrega de coisa e para obter o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. Isso pode ser extraído a partir da leitura dos seguintes dispositivos do CPC: “Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: [...] III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. [...] Art. 701. Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa”.

A alternativa C está incorreta. O CPC, ao tratar da ação monitória nos arts. 700 a 702, não fez qualquer ressalva a respeito do não cabimento da citação por edital nesse procedimento, razão pela qual é possível afirmar a aplicabilidade do regramento geral, e, conseqüentemente, a citação por edital poderá ser realizada nas hipóteses estabelecidas no art. 256 do CPC (como, por exemplo, quando o citando estiver situado em lugar ignorado, incerto ou inacessível).

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa está quase integralmente correta, mas o erro está no prazo mencionado, o qual não é de 3 dias, e, sim, de 15 dias. Isso pode ser visto no art. 701 do CPC: “Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa”.

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o recurso adequado contra a decisão que acolhe ou rejeita os embargos monitórios é o recurso de apelação. Isso está expresso no art. 702, §9º, do CPC: “Cabe apelação contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos”.

QUESTÃO 46. Menor absolutamente incapaz, devidamente representado por sua genitora, intentou ação pelo procedimento comum em face da operadora de plano de saúde contratada por sua família, tendo pleiteado a condenação da ré a lhe custear um medicamento de uso permanente cuja cobertura lhe fora negada. Na petição inicial, foi requerida, também, a concessão de tutela provisória, consubstanciada na edição de ordem judicial para que a demandada imediatamente custeasse o valor do medicamento prescrito para o autor.

Apreciando a peça exordial, o magistrado procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, ordenando a citação da parte ré, embora tivesse ressalvado que o requerimento da tutela provisória somente seria examinado após a vinda da contestação.

Regularmente citada, a ré ofertou a sua peça contestatória, a que se seguiu a intimação do órgão de Ministério Público, que se pronunciou no sentido de que fosse deferida a tutela provisória vindicada na petição inicial.

Não obstante, o juiz da causa, entendendo que o feito já se encontrava completamente instruído, proferiu de imediato sentença de mérito em que julgava procedente o pleito autoral.

Tomando ciência da sentença, constatou o órgão ministerial que nenhum de seus tópicos continha a menção à concessão da tutela provisória, razão pela qual protocolizou, sete dias úteis depois de sua intimação pessoal, o recurso de embargos de declaração requerendo a apreciação e o deferimento da medida em favor do demandante, ponto em relação ao qual alegou ter ficado caracterizada a omissão do órgão julgador no ato sentencial.

É correto afirmar, sobre esse quadro, que os embargos de declaração manejados pelo órgão do Ministério Público

a) não merecem ser conhecidos, haja vista a sua intempestividade.

b) não merecem ser conhecidos, haja vista a sua ilegitimidade recursal.

c) não merecem ser conhecidos, haja vista a falta de interesse recursal.

d) merecem ser conhecidos, porém desprovidos, já que não ficou configurado o vício da omissão.

e) merecem ser conhecidos e providos, para o fim de se apreciar e deferir o requerimento de tutela provisória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos embargos de declaração.

A alternativa E está correta. Em primeiro lugar, quanto à tempestividade, percebemos que o recurso do órgão ministerial foi interposto dentro do prazo legal, tendo em vista que os embargos de declaração possuem, como regra, o prazo de 5 dias para a sua interposição, mas o Ministério Público goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações (arts. 180 e 1.023, CPC), logo, ele poderia apresentar esse recurso no prazo de 10 dias úteis. Além disso, o Ministério Público possui legitimidade recursal nessa hipótese (art. 996, CPC), pois está atuando como fiscal da ordem jurídica em um processo que envolve interesse de incapaz (art. 178, II, CPC), assim como também possui interesse recursal, tendo em vista que o direito protegido por ele (ou seja, o interesse do incapaz) foi afetado pela omissão do magistrado, pois a concessão da tutela, ainda que em sentença, permitiria à parte a obtenção imediata do medicamento e retiraria o efeito suspensivo de eventual apelação interposta pela operadora do plano de saúde (art. 1.012, §1º, V, CPC). Por todas essas razões, o recurso ministerial deverá ser conhecido e, no mérito, deverá ser provido, já que os requisitos da tutela provisória estão presentes, pois o magistrado, em cognição exauriente, já se convenceu do direito da parte autora (*fumus boni juris*), e, do mesmo modo, está presente o requisito da urgência, pois se trata de uma demanda envolvendo o exercício do direito à saúde (*periculum in mora*), que não pode aguardar o resultado final do processo.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 47. Pedro é autor de ação ordinária em face da sociedade Carros Bonitos Ltda. em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ponto Chique - MG, pugnando pela condenação desta última a efetuar a troca de veículo adquirido em sua unidade, o qual fora alegadamente vendido com vício oculto, bem como a lhe pagar indenização por danos materiais e morais.

No curso da fase instrutória, Pedro identificou que os sócios da Carros Bonitos Ltda. estavam praticando atos ilícitos em detrimento do patrimônio social, motivo pelo que requereu a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

a) O requerimento deve ser indeferido, pois a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível apenas no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

b) Admitido o incidente pelo juiz, não haverá suspensão do processo, que poderá prosseguir de forma simultânea.

c) O incidente será resolvido por decisão interlocutória, impugnável por meio de recurso de apelação.

d) O pedido de Pedro não impediria que o juiz, de ofício, instaurasse o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

e) Instaurado o incidente, o sócio será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, além de ser admissível no cumprimento de sentença e na execução de título executivo extrajudicial, é cabível também em todas as fases do processo de conhecimento. Isso está expresso no art. 134 do CPC: “O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”.

A alternativa B está incorreta. No caso concreto narrado pelo enunciado, considerando que a parte autora requereu a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no curso do processo de conhecimento, é correto afirmar que a instauração terá o condão de suspender o processo. A suspensão apenas não ocorreria se a instauração do incidente fosse requerida juntamente com a petição inicial. Isso está previsto no art. 134, §§2º e 3º do CPC: “§2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica. §3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do §2º”.

A alternativa C está incorreta. Está correto afirmar que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica será resolvido por meio de uma decisão interlocutória, pois isso está expresso no art. 136 do CPC: “Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória”. Todavia, o recurso cabível não é o recurso de apelação, e, sim, o agravo de instrumento, como se pode ver a partir da leitura do art. 1.015, IV, do CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: [...] IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica”.

A alternativa D está incorreta. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não pode ser instaurado de ofício. Por expressa disposição legal, é obrigatório o prévio pedido da parte ou do Ministério Público, conforme o art. 133 do CPC: “O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo”.

A alternativa E está correta. Essa alternativa praticamente copiou a literalidade do art. 135 do CPC: “Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias”. Portanto, no caso apresentado pelo enunciado, com a instauração do incidente, os sócios da pessoa jurídica Carros Bonitos Ltda serão citados para que, no prazo de 15 dias, possam se manifestar a respeito do pedido de desconsideração e, também, possam requerer as provas que entendem ser adequadas para demonstrar o não preenchimento dos requisitos da desconsideração.

QUESTÃO 48. Karina formulou requerimento de tutela cautelar antecedente em face de Rafael, pleiteando o sequestro de dois automóveis que estão sob a posse desse último, com o intuito de preservar a efetividade da futura ação de rescisão do negócio jurídico. Rafael não contestou o pedido.

O juízo deferiu a tutela em 20/05/2023. O sequestro do primeiro automóvel, por sua vez, foi realizado em 30/05/2023. O sequestro do segundo automóvel, a seu turno, foi efetivado em 20/09/2023. Karina formulou o pedido principal em 25/09/2023.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) No momento da formulação do pedido principal, já havia sido ultrapassado o prazo previsto no Código de Processo Civil, de modo que a tutela cautelar deverá perder sua eficácia e o processo ser extinto sem exame do mérito.**
- b) Karina não pode aditar a causa de pedir no momento da formulação do pedido principal.**
- c) A formulação do pedido principal prescinde do adiantamento de novas custas processuais.**
- d) O prazo para formulação do pedido principal tem início na data de concessão da tutela cautelar.**
- e) A ausência de contestação do pedido não induz à presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da tutela cautelar concedida em caráter antecedente.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, o CPC define que o pedido principal deve ser formulado em até 30 dias, contados da efetivação da tutela cautelar. Isso está expresso no seu art. 308: “Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais”. Portanto, no cenário apresentado pela questão, verificamos que a tutela cautelar foi efetivada em 20/09/2023, enquanto o pedido principal foi apresentado em 25/09/2023, logo, não foi ultrapassado o prazo legal de 30 dias.

A alternativa B está incorreta. Por expressa previsão legal, a causa de pedir apresentada juntamente com o pedido de tutela cautelar antecedente pode vir a ser aditada pela parte autora no momento de formulação do pedido principal. Isso está no art. 308, §2º, do CPC: “A causa de pedir poderá ser aditada no momento de formulação do pedido principal”.

A alternativa C está correta. A parte autora, ao formular o pedido de tutela cautelar em caráter antecedente, já realiza o recolhimento de custas processuais, razão pela qual, no momento de formulação do pedido principal, não haverá o pagamento de novas custas, tendo em vista que o pedido principal também será formulado nos mesmos autos. Isso pode ser visto na parte final do *caput* do art. 308 do CPC: “Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais”.

A alternativa D está incorreta. Como já mencionado nos comentários da alternativa A, o prazo de 30 dias para a formulação do pedido principal é contado a partir da data da efetivação da tutela cautelar (art. 308, CPC).

A alternativa E está incorreta. A falta de contestação por parte do réu irá resultar na aplicação da revelia e do seu efeito material, que é a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor. Isso pode ser visto no art. 307 do CPC: “Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias”.

QUESTÃO 49. Gerson, residente na Comarca do Rio de Janeiro-RJ, ajuizou ação reivindicatória em face de Denise, residente na Comarca de Maricá-RJ. Segundo narrado na petição inicial, Denise vem ocupando irregularmente um imóvel de propriedade de Gerson, localizado na Comarca de Saquarema-RJ, há cerca de dois anos. A demanda foi distribuída à 1ª Vara Cível da Comarca de Maricá.

Ao realizar a admissibilidade da petição inicial, caberá ao juiz

a) determinar a citação de Denise, por se tratar de juízo competente para apreciar a causa.

b) declinar a competência em favor de um dos Juízos da Comarca de Saquarema, que é o juízo competente para apreciar a pretensão reivindicatória de Gerson.

c) determinar a citação de Denise e, caso não haja manifestação em sede de contestação, haverá a prorrogação da competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Maricá, por se tratar de incompetência relativa.

d) suscitar conflito negativo de competência, remetendo os autos ao Tribunal de Justiça para que defina qual é a Comarca competente, uma vez que o domicílio da ré não é o mesmo no qual o imóvel está situado.

e) declinar a competência em favor de um dos Juízos Cíveis da Comarca do Rio de Janeiro-RJ, que é o juízo competente para apreciar a pretensão reivindicatória de Gerson.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata das regras de competência do processo civil.

A alternativa B está correta. Na situação apresentada pelo enunciado, a parte autora propôs uma ação relativa a direito de propriedade, pois buscou reivindicar um imóvel seu que estava sofrendo uma ocupação irregular há aproximadamente dois anos. Por essa razão, é possível afirmar que estamos diante de uma hipótese de competência absoluta do foro de situação do imóvel, que, nesse caso, é o juízo cível da Comarca de Saquarema/RJ, como estabelece o art. 47, *caput* e §1º, do CPC: “Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. §1º O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova”. Sendo assim, por se tratar de uma competência absoluta, o autor não pode optar por ajuizar a demanda no foro de domicílio do réu, e, conseqüentemente, o juízo da Comarca de Maricá/RJ deve reconhecer a sua incompetência de ofício (art. 64, §1º, CPC) e determinar a remessa dos autos ao juízo competente.

As alternativas, A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 50. Aristóteles é citado em ação movida por Sócrates. O objetivo da ação é a demolição parcial de imóvel urbano, constando do registro imobiliário que Aristóteles é o proprietário do bem. No dia seguinte à citação, Aristóteles vende o imóvel a Heráclito (ambos sabiam que a ação estava para ser proposta). Em seguida, Aristóteles comunica o negócio ao juízo em que corre a ação, juntando cópia da escritura, na qual o comprador assume os riscos da aquisição e o ônus de contestar as ações que existissem.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Caso não ocorra o ingresso voluntário de Heráclito, o juiz deve intimar o autor para, sob pena de extinção, integrar o comprador ao polo passivo, de modo a possibilitar a ampla defesa.

b) Heráclito pode imediatamente assumir o polo passivo, em sucessão ao réu originário, mesmo contra a vontade do autor, pois os pressupostos necessários (concordância do réu e legítimo interesse) estão demonstrados.

c) Sócrates pode, não obstante a escritura, recusar o ingresso de Heráclito como sucessor do réu originário, e, ainda assim, a eventual sentença de procedência será oponível a este.

d) O litisconsórcio será facultativo, mas, por força dos limites subjetivos da coisa julgada, se não houver o ingresso do comprador, a eventual sentença não será oponível a este.

e) A posição do comprador será a de assistente simples, e ainda que o autor concorde, o juiz não pode deferir a sucessão de réu, depois da citação, pois isso está fora das taxativas hipóteses legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema da alienação de bem litigioso.

A alternativa A está incorreta. O mero fato de Heráclito ter adquirido o imóvel que era de propriedade de Aristóteles (sujeito passivo originário) não é suficiente para alterar a legitimidade das partes da demanda que já está em curso. Isso está expresso no *caput* do art. 109 do CPC: “A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes”. Portanto, não há qualquer fundamentação legal para que o magistrado ordene a integração do comprador ao polo passivo da ação.

A alternativa B está incorreta. Como já dito acima, a mera alienação do bem litigioso não é, por si só, suficiente para que a legitimidade das partes seja alterada, mas, desde que haja a concordância da parte contrária, é possível que, nesse caso, o adquirente (Heráclito) ingresse no polo passivo do processo em sucessão ao alienante (Aristóteles). Isso pode ser visto no §1º do art. 109 do CPC: “O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária”.

A alternativa C está correta. É perfeitamente possível que Sócrates não consinta com o ingresso de Heráclito como sucessor do réu originário (Aristóteles), tendo em vista que o art. 109, §1º, do CPC, atribui a ele o direito potestativo de concordar ou não concordar com essa sucessão. Todavia, independentemente disso, a sentença prolatada no âmbito do processo irá ter seus efeitos estendidos também ao adquirente do bem (Heráclito), por disposição expressa do §3º do art. 109 do CPC: “Estendem-se os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias ao adquirente ou cessionário”. Logo, mesmo que Sócrates não concorde com a sucessão, Heráclito ainda será atingido pelos efeitos da decisão proferida.

A alternativa D está incorreta. Como foi exposto nos comentários da alternativa C, os efeitos da decisão proferida no processo irão atingir também a esfera jurídica do adquirente, independentemente de ele ter, ou não, sucedido o alienante no processo (art. 109, §3º, CPC).

A alternativa E está incorreta. Como já visto anteriormente, a sucessão do alienante pelo adquirente é possível, tendo em vista que o imóvel litigioso foi alienado por um ato entre vivos, logo, estamos diante da situação prevista no *caput* do art. 109 do CPC. Além disso, caso a parte contrária não concorde com a sucessão e, mesmo assim, o adquirente queira ingressar no processo, poderá fazê-lo como assistente litisconsorcial (não será um mero assistente simples), como estabelece o §2º do art. 109 do CPC: “O adquirente ou cessionário poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente”.

QUESTÃO 51. Felipe, brasileiro nato, casado, estudante, 16 anos de idade; Renata, brasileira nata, solteira, servidora pública efetiva 17 anos de idade; e Valter, brasileiro naturalizado viúvo, aposentado, 83 anos de idade, resolveram constituir uma associação.

Entre os três, a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil encontra-se em

- a) Valter, apenas.**
- b) Felipe e Valter, apenas.**
- c) Renata e Valter, apenas.**
- d) Felipe e Renata, apenas**
- e) Felipe, Renata e Valter.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão trata sobre capacidade. O artigo 5º informa que a menoridade cessará após os dezoito anos completos, e, para os menores de 18 anos, cessará nas situações previstas no seu parágrafo único. No caso de Felipe, cessou em virtude do casamento (inciso II do parágrafo único do artigo 5º); em relação à Renata, pelo fato de ser servidora pública efetiva (inciso III do parágrafo único do artigo 5º); já Valter, é civilmente capaz para a prática dos atos da vida civil. Veja literalidade do Código Civil: “Art. 5º **A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.** Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.”

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Valter é capaz.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Renata é incapaz.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Felipe é incapaz.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa. Por tanto, está incorreto dizer que somente Valter é incapaz.

A alternativa E está correta. Conforme art. 5 do Código Civil, as três pessoas mencionadas possuem a capacidade civil completa, por tanto, é a alternativa correta.

QUESTÃO 52. Acerca das preferências creditórias do Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça vem exercendo, por sua jurisprudência, uma releitura acerca da posição de determinados créditos em concurso de credores.

Nesse sentido, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito hipotecário prefere àquele decorrente do IPTU e este, ao condominial.
- b) O crédito decorrente do IPTU prefere ao crédito hipotecário e este, ao condominial.
- c) O crédito hipotecário prefere ao crédito de IPTU e este, ao condominial.
- d) O crédito condominial prefere ao crédito de IPTU e este, ao hipotecário.
- e) O crédito decorrente do IPTU prefere ao crédito condominial

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Para responder esta questão vamos analisar o julgado do Resp 1.584.162: “Sendo assim, considerando a primazia dos créditos de natureza tributária estabelecida pelo ordenamento jurídico, a sua satisfação terá preferência à do crédito condominial, devendo ser afastado o argumento utilizado pelo TJ-SP de preferência absoluta dos créditos condominiais, dada a sua natureza propter rem”, concluiu a ministra ao acolher o recurso do município paulista. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ. REsp 1.584.162”. Em base a este julgado, já temos claro que os créditos tributários têm preferência aos créditos condominiais. Já o crédito condominial tem preferência sobre o crédito hipotecário, nos termos do De acordo § 1º do art. 908 do CPC/15, somente depois de descontados os valores relativos aos débitos condominiais, deve o valor restante apurado com a venda do bem ser vertido ao credor hipotecário. Veja: "Art. 908. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências. § 1º No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência."

A alternativa E está correta. Conforme entendimento jurisprudencial acima colacionado e o Código de Processo Civil, a ordem de preferência dos créditos será: créditos tributários, como o IPTU; créditos condominiais e créditos referentes a direitos que recaem sobre bens, como a hipoteca.

Nessa perspectiva, as alternativas A, B, C e D estão incorretas, por apresentar a ordem de preferência equivocada.

QUESTÃO 53. Mário, depois de receber diagnóstico de enfermidade que poderia comprometer seu discernimento, convidou seus irmãos, João e Rita, para auxiliá-lo na tomada de decisões que envolvessem negócios jurídicos de certo valor. Depois de reduzirem a termo particular a disciplina do apoio, Mário pediu ajuda a seus irmãos acerca da locação do imóvel de sua titularidade. Rita aconselhou que fosse contratada a locação, à qual João se opôs, por considerar o aluguel baixo. Mário acolheu o conselho de Rita e decidiu realizar a contratação.

De forma a precaver o prejuízo do irmão, João propôs uma medida judicial para obstar a locação e requereu que fosse fixado um valor mínimo para a locação.

Acerca do pleito de João, é correto afirmar que o juízo deve

- a) respeitar a decisão da maioria e não acolher o pleito.
- b) acolher o pedido ante a ausência de unanimidade dos apoiadores.
- c) acolher o pedido, pois a decisão apoiada depende de homologação judicial.
- d) não conhecer do pedido, pois a tomada de decisão apoiada requer forma pública.
- e) não acolher o pleito, visto que não houve autorização judicial para a tomada de decisão apoiada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A tomada de decisão apoiada não é válida se feita por meio de instrumento particular, pois necessariamente deverá ser estabelecida por meio de sentença. Veja CPC: "Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. § 1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem **apresentar termo** em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar. § 3º **Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.**"

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. Conforme CPC, a ação movida por João não deve ser acolhida, já que perante a lei, não existe o direito de assistir o irmão por meio de tomada de decisão apoiada.

A alternativa E está correta. Conforme CPC, o instituto da decisão apoiada somente ocorre por meio de autorização judicial, por tanto, o juízo não deve acolher o pleito.

QUESTÃO 54. A ARKT S.A. celebrou contrato com a CLNG Ltda., com prazo de vigência de cinco anos, pelo qual a segunda prestaria serviços de limpeza e conservação do edifício em que funciona a sede da primeira. O contrato previa particularmente a obrigação de que as vidraças externas fossem limpas ao menos uma vez por semana e continha cláusula que previa a possibilidade de resolução em caso de descumprimento dessa obrigação. Ocorre que, no início do terceiro ano, a CLNG deixou de fazer a limpeza das vidraças por três semanas consecutivas, alegando que a sociedade que lhe aluga os andaimes necessários à atividade externa interrompeu os serviços, de modo que, enquanto não conseguisse outra fornecedora, estava impedida de cumprir com sua obrigação. Diante do exposto, se ARKT quiser por fim ao contrato.

- a) deverá ajuizar ação judicial de rescisão do contrato, para desconstituir o negócio jurídico firmado entre as partes, sem efeitos retroativos.
- b) não poderá fazê-lo, visto que a exigibilidade da obrigação de limpar as vidraças externas está suspensa por força maior, que causa impossibilidade temporária.

c) bastará notificar extrajudicialmente a CLNG de sua decisão, fundada na cláusula resolutiva expressa do contrato que inclui o inadimplemento da obrigação de limpar as vidraças externas.

d) deverá ajuizar ação judicial declaratória, que reconhecerá a extinção automática do negócio desde a primeira semana de não cumprimento, em razão da condição resolutiva expressa constante do contrato.

e) não precisará adotar qualquer providência, pois o contrato foi extinto de pleno direito quando a CLNG descumpriu a obrigação de que as vidraças fossem limpas ao menos uma vez por semana, ante a previsão contratual nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A banca entendeu como correta a alternativa C, que determina a exigência da notificação extrajudicial, para a resolução do contrato por descumprimento de cláusula resolutiva expressa. Contudo, a notificação extrajudicial não é necessária. Vejamos.

É assente o entendimento do STJ no sentido de que “a cláusula resolutiva expressa não possui efeito automático em relação à posse derivada de promessa de compra e venda de imóvel, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva” (AgInt no AREsp 1170673 / RS).

Ainda, “segundo o enunciado n. 369 da Súmula do STJ, ‘no contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora’. Antes das alterações promovidas pela Lei n. 13.043/2014 ao Decreto-lei n. 911/1969, essa comprovação da mora poderia ser efetuada alternativamente por dois meios distintos: i) por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos; ou ii) pelo protesto do título, realizado pelo Tabelionato de Protesto” (AgRg no AREsp 777003/PR). Ademais, “no Decreto-Lei nº 745/69, que dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58/37, admite que a cláusula resolutiva expressa se opere de pleno direito, mas exige que a interpelação do credor seja por via judicial ou por intermédio de cartório de Registro de Títulos e Documentos” (REsp 2044407/SC, DJe 23/11/2023). Veja-se que nos dois primeiros casos a cláusula resolutiva expressa não operou plenos efeitos, mas apenas e tão somente no tocante à retomada do bem, imóvel – no caso compra e venda e/ou compromisso de compra e venda de imóveis – ou móvel – no caso de arrendamento mercantil. Em ambos os casos, porém, a resolução do contrato já se operou. O terceiro caso elucida bem tal entendimento, pois mesmo no caso de bem imóvel, a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, exigindo-se apenas a interpelação para fins de comprovação de mora para retomada de bem.

Dessa forma, conclui-se que a interpelação é exceção, necessária quando se trata de imóvel, leasing etc., apenas para os casos em que se torna necessária a verificação de consequências outras para a mora. Para os contratos em geral, a regra é não se exigir qualquer medida outra, por força o 474, do Código Civil. Do contrário, toda vez que um contratante fosse vítima do inadimplemento da parte contrária, se exigir interpelação, onerando-se a relação contratual de maneira desproporcional. O gabarito apresentado pela banca tomou julgados do STJ aplicáveis a situações distintas – retomada de bem em compromisso de compra e venda e arrendamento mercantil, por meio de ação de reintegração de posse e ação de busca e apreensão, respectivamente –, excepcionais, como regra, contrariando a própria letra do art. 474 do CC.

A alternativa A está incorreta. Não há necessidade de ajuizar ação judicial para extinguir o contrato. Se uma das partes não cumpriu suas obrigações, o contrato foi extinto de pleno direito. Veja Código Civil: "Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. Parágrafo único. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial. Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial."

A alternativa B está incorreta. Se não há tal previsão no contrato, não pode ser alegada a força maior de uma terceira empresa que não tem conexão com o contrato entre ARKT S.A. e CLNG Ltda.

A alternativa C está incorreta. Se não há tal previsão no contrato, não há necessidade de notificação extrajudicial. De acordo com o artigo 474 do Código Civil, a resolução é automática, não depende de notificação.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o artigo 474 do Código Civil, a resolução é automática, não depende de aprovação judicial.

A alternativa E está correta. Pois o contrato se considera extinto de pleno direito assim que uma das partes não cumpriu sua obrigação, nos termos do artigo 474 do Código Civil, acima já transcrito.

QUESTÃO 55. Frederico e Guilherme são proprietários de terrenos vizinhos em uma região rural no interior de Goiás. Entre seus terrenos há algumas frondosas pitangueiras.

Sobre essas árvores e seus frutos, assinale a afirmativa correta.

a) Se Guilherme plantar em seu próprio terreno usando sementes furtadas de Frederico, perderá, em benefício deste, a parte do imóvel em que as árvores florescerem.

b) Se os frutos da árvore cujo tronco está no terreno de propriedade de Frederico caírem no solo do terreno de Guilherme, Frederico poderá ingressar no imóvel para recolhê-los.

c) Caso Frederico plante uma pitangueira na parte do terreno que pertence a Guilherme, perderá a árvore em proveito deste, sem direito a ressarcimento, ainda que tenha agido de boa-fé.

d) Caso a árvore cujo tronco estiver precisamente na linha divisória se enraizar por ambos os terrenos, presume-se que a planta se tornará objeto de condomínio entre Frederico e Guilherme.

e) Se os ramos da árvore, cujo tronco está situado no terreno de Frederico, atravessarem o plano vertical divisório e entrarem no terreno de Guilherme, este precisará de prévia autorização judicial para cortá-los.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme Código Civil, quem planta em sua propriedade com sementes alheias, é obrigado a pagar o valor ao proprietário das sementes. Não é correto afirmar que o proprietário das sementes será direito ao imóvel onde elas foram plantadas. Veja o Código Civil: " Art. 1.254. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno próprio com sementes, plantas ou materiais

alheios, adquire a propriedade destes; mas fica obrigado a pagar-lhes o valor, além de responder por perdas e danos, se agiu de má-fé."

A alternativa B está incorreta. Em caso de que os frutos caíam no terreno vizinho, pertencem ao dono do solo onde caíram, nos termos do Código Civil: "Art. 1.284. Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular."

A alternativa C está incorreta. Pois se Frederico plantou se boa-fé, terá direito a indenização, nos termos do Código Civil: "Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização."

A alternativa D está correta. Conforme Código Civil, a árvore pertence a ambos, veja: "Art. 1.282. A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes". Por tanto, alternativa correta.

A alternativa E está incorreta. Em caso de que os ramos da árvore ultrapassem o prédio de quem o plantou em sua propriedade, poderá ser cortado pelo proprietário do terreno invadido, sem autorização prévia, nos termos do Código Civil: "Art. 1.283. As raízes e os ramos de árvore, que ultrapassem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido".

QUESTÃO 56. Cecilia, 30 anos, e Edgar, 35 anos, celebraram pacto antenupcial para adotar o regime da participação final nos aquestos. No entanto, antes mesmo da chegada do mês da celebração do casamento, houve uma briga entre o casal, que decidiu romper por diferenças irreconciliáveis.

Nesse caso, o pacto antenupcial deve ser considerado

- a) nulo.**
- b) ineficaz**
- c) anulável.**
- d) revogado.**
- e) inexistente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Nos termos do Código Civil, o pacto antenupcial que não lhe seguir o casamento, será considerado ineficaz, veja: "Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento."

A alternativas A C, D e E estão incorretas. Não havendo casamento, esse pacto embora exista não tem eficácia, por tanto, não há como revogar ou anular um pacto ineficaz.

QUESTÃO 57. Jorge e Ana são locadores de um apartamento e Carlos, locatário. No contrato, foi estipulado que o prazo para eventual pretensão de cobrança do valor do aluguel seria de cinco anos. Carlos e Ana, seis meses antes do término da locação, iniciaram relacionamento afetivo. Terminada a locação, Carlos deixou o imóvel, contraiu matrimônio com Ana sob o regime da separação total de bens e passou a morar com ela em outro endereço, Carlos entregou as chaves do apartamento para large, mas deixou de pagar o último mês de aluguel. De forma a não criar embaraços familiares, Jorge e Ana não cobraram o débito de Carlos. Passados seis anos do casamento, o casal se divorciou e Jorge pretende reaver o valor devido por Carlos.

Sobre a pretensão de Jorge, assinale a afirmativa correta.

- a) Encontra-se prescrita, pois o prazo de três anos, além de não poder ser alterado, já se esgotou.
- b) É exigível, uma vez que o prazo decadencial de cinco anos ainda não expirou
- c) não é mais exigível, pois o prazo de cinco anos previsto no contrato já se esgotou.
- d) Decaiu, pois o prazo de cinco anos previsto no contrato já se esgotou.
- e) Permanece exigível, pois o casamento de Ana é motivo de suspensão da prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A pretensão relativa a aluguéis prescreve em 3 anos, pois há previsão legal específica neste sentido, não podendo ser alterado por instrumento particular, nos termos do Código Civil: "Art. 206. Prescreve:§ 3º Em três anos: I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;". Já em relação a interrupção da prescrição entre os conjuges, a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível, nos termos do Código Civil: "Art. 197. Não corre a prescrição: I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; Art. 201. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível."

A alternativa B está incorreta. O prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 206 do Código Civil acima transcrito. Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes. Ademais, a obrigação não é exigível, pois o prazo legal foi esgotado.

A alternativa C está incorreta. O prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 206 do Código Civil acima transcrito. Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes e o prazo prescricional de 3 anos já se esgotou.

A alternativa D está incorreta. O prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 206 do Código Civil acima transcrito. Os prazos prescricionais não podem ser alterados pelas partes e o prazo prescricional de 3 anos já se esgotou.

A alternativa E está incorreta. Em relação a interrupção da prescrição entre os conjuges, a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível, nos termos dos artigos 197 e 206 do Código Civil, acima já transcritos.

QUESTÃO 58. *A Farmácia A Ltda. e a Drogaria B Ltda. mantêm, entre si, conta corrente oriunda da venda de medicamentos de uma para a outra. Quando o cliente não encontra um remédio em uma, a outra fornece e vice-versa. Pactuam que, no último dia útil de cada mês, o saldo devedor deve ser quitado em espécie, sob pena de juros de mora de 0,5% no primeiro mês de atraso e de 1% nos meses subsequentes. Acordaram, por fim, que cada saldo devedor não pago seria independente em relação a eventuais outros.*

Nos últimos dois meses, a *Drogaria B. Ltda.* teve problemas de caixa e não conseguiu quitar os dois débitos que se acumularam. No entanto, mesmo após o vencimento da segunda dívida, conseguiu entregar certo valor à *Farmácia A Ltda.*, cujo montante foi suficiente para um dos débitos e, parcialmente, para o outro. Ante a ausência de oposição da *Farmácia A Ltda.*, é correto dizer que o valor entregue

- a) quitou o débito mais antigo.
- b) nada quitou, ante a ausência de recibo.
- c) quitou o débito mais oneroso.
- d) quitou ambos os débitos.
- e) nada quitou, pois o valor não foi integral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Ante a ausência de especificação por parte da Drogaria B. Ltda de qual débito estaria quitando com o valor repassado, cabe a Farmácia A. Ltda aplicar o Código Civil: “Art. 352. A pessoa obrigada por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento, se todos forem líquidos e vencidos. Art. 355. Se o devedor não fizer a indicação do art. 352, e a quitação for omissa quanto à imputação, está se fará nas dívidas líquidas e vencidas em primeiro lugar. Se as dívidas forem todas líquidas e vencidas ao mesmo tempo, a imputação far-se-á na mais onerosa”. Por tanto, se pagará primeiro a dívida mais antiga.

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de recibo para considerar o dinheiro recebido para fins de pagamento, já que já há um contrato entre as partes. Porém, ante a ausência de especificação por parte da Drogaria B. Ltda de qual débito estaria quitando com o valor repassado, se pagará primeiro a dívida mais antiga, nos termos do artigo 355 do Código Civil, acima transcrito.

As alternativas C, D e E estão incorretas. Ante a ausência de especificação por parte da Drogaria B. Ltda de qual débito estaria quitando com o valor repassado, se pagará o débito mais antigo.

QUESTÃO 59. Artur adquiriu o lote 5, da quadra 3, do loteamento Jardim Esperança. Logo depois de construir sua casa, Artur recebeu uma notificação de Raquel, proprietária do lote 6 (vizinho), reivindicando o imóvel em que foi feita a construção. Surpreso, Artur descobriu que, por um equívoco escusável de localização, terminou por, de fato, construir no lote vizinho.

Como o investimento realizado na construção era três vezes superior ao valor de cada lote envolvido, Artur propôs a aquisição do lote 6, o que foi rejeitado por Raquel que pediu, como indenização da construção 1/3 o valor gasto.

Ante a ausência de acordo e de forma a não perder o investimento realizado, Artur

a) fará jus à aquisição do lote 6 pelo valor de aquisição pago por Raquel.

b) deverá devolver o imóvel e receber a indenização fixada judicialmente.

c) perderá o que construiu em proveito de Raquel.

d) fará jus à aquisição do lote 6, devendo a indenização ser fixada judicialmente.

e) deverá devolver o imóvel e receber metade do valor gasto na construção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Conforme Código Civil, embora Artur adquira a propriedade do solo, não pagará o valor de aquisição pago por Raquel, mas sim o valor da indenização fixada em juízo. Veja: "Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização. Parágrafo único. Se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo".

A alternativa B está incorreta. Artur poderá adquirir a propriedade do imóvel e será ele quem deverá indenizar Raquel, nos termos do art. 1.255 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Artur poderá adquirir a propriedade do imóvel e será ele quem deverá indenizar Raquel, nos termos do art. 1.255 do Código Civil.

A alternativa D está correta. Conforme Código Civil, embora Artur adquira a propriedade do solo, não pagará o valor de aquisição pago por Raquel, mas sim o valor da indenização fixada em juízo. Veja: "Art. 1.255. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções; se procedeu de boa-fé, terá direito a indenização. Parágrafo único. Se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo".

A alternativa E está incorreta. Artur poderá adquirir a propriedade do imóvel e será ele quem deverá indenizar Raquel, no valor fixado em juízo, nos termos do art. 1.255 do Código Civil.

QUESTÃO 60. Considerando as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa e do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas a seguir.

I. Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.

II. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

III. É vedada a adoção por procuração, ressalvadas situações especiais em nome do melhor interesse da criança.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Estatuto da Pessoa Idosa e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Analisemos os itens.

O item I está correto. De acordo com art. 15, §7º, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso): “§ 7º Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência.”

O item II está correto. De acordo com art. 27 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.”

O item III está incorreto. A adoção é ato personalíssimo, sendo vedada adoção por procuração, ainda que específica. É o que determina art. 39, §2º, da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “Art. 39. A adoção de criança e de adolescente rege-se-á segundo o disposto nesta Lei. (...) § 2º É vedada a adoção por procuração.”

Portanto, a alternativa D está correta: Está correto apenas o que se afirma em I e II.

Automaticamente, as alternativas A, B, C e E ficam incorretas.

QUESTÃO 61. Soraia, depois de um ano e sete meses de estudos e pesquisas, perdeu sua dissertação de mestrado praticamente pronta, em razão de um grave problema em seu computador. Desesperada com a aproximação do prazo final para a apresentação do trabalho que lhe daria o título de Mestre em Economia, divulgou em uma rede social que pagaria a quantia de R\$1.000.00 (mil reais) a quem conseguisse desenvolver um programa apto a restaurar o arquivo nos sete dias subsequentes.

Os técnicos começaram a trabalhar, empreendendo grandes esforços de tempo e técnica. Gustavo obteve a solução primeiro no quinto dia após a promessa, comunicando Soraia do fato. No entanto, Marcelo e Caio conseguiram solucionar o problema, respectivamente, no sexto e no

sétimo dia, e, por isso, também procuraram Soraia para receber a quantia, por estarem dentro do prazo por ela estipulado.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Gustavo, Marcelo e Caio devem dividir a quantia prometida, pois todos os três executaram a tarefa no prazo fixado pela promitente.
- b) Gustavo deve receber a quantia prometida, pois foi quem primeiro executou a tarefa.
- c) Por ser negócio jurídico unilateral, Soraia deve indicar quem deve receber a quantia, dado que Gustavo, Marcelo e Caio executaram a tarefa no prazo por ela estipulado.
- d) Soraia deve pagar R\$1.000,00 (mil reais) a cada um dos três.
- e) Gustavo deverá receber metade da quantia, por ter executado

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Estamos frente a um contrato de promessa, regulado pelo Código Civil, que para esta situação nos informa que terá direito à recompensa o que primeiro o executou, veja: "Art. 857. Se o ato contemplado na promessa for praticado por mais de um indivíduo, terá direito à recompensa o que primeiro o executou".

A alternativas A C, D e E estão incorretas. Vejam que em nenhuma hipótese deverá Gustavo repartir o prêmio ou Soraia pagar vários prêmios, já que nos termos do art. 857 do Código Civil, acima transcrito, terá direito à recompensa o que primeiro o executou.

QUESTÃO 62. Acerca dos modos de aquisição de bens imóveis, analise as afirmativas a seguir.

I. O negócio jurídico de alienação do bem não possui eficácia real, portanto não transfere a propriedade do imóvel. Nada obstante, o negócio é existente, válido e eficaz pelo simples acordo de vontade, produzindo, assim, eficácia obrigacional, a vincular as partes ao ajustado.

II. A transferência da coisa imóvel somente ocorre com o seu registro no Registro de Imóveis competente, cuja validade prescinde do negócio jurídico celebrado. Assim, no Direito brasileiro, o registro firma presunção *juris et de iure* da propriedade.

III. A usucapião configura aquisição originária típica, pela qual a propriedade é adquirida sem o concurso do proprietário anterior, embora o adquirente por usucapião suceda juridicamente ao proprietário, adquirindo dele a propriedade em aquisição dita indireta.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto. Pois o negócio de alienação do bem, não possui eficácia real até a transferência de propriedade. Porém, é um negócio válido e existente, que cria obrigações jurídicas entre as partes. Nos termos do Código Civil: " Art. 1.267. A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição."

O Item II está incorreto. O imóvel poderá ser transferido por outros modos além do registro. Além disso, o registro tem presunção meramente relativa de propriedade, pois depende da validade e eficácia do título de origem, nos termos do artigo 1245, § 2º, do Código Civil: "Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. § 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel. § 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel."

O Item III está incorreto, pois ainda que a usucapião é um modo originário de aquisição da propriedade, os demais termos utilizados no item não são próprios do instituto da usucapião, não encontram previsão legal ou doutrinária.

QUESTÃO 63. Um dos elementos do contrato de sociedade, à luz do Art. 981, *caput*, do Código Civil, é a partilha dos resultados entre os sócios provenientes do exercício da atividade econômica daquela sociedade. Tal partilha abrange, necessariamente, lucros e perdas.

Sobre a participação dos sócios nos lucros analise as afirmativas a seguir.

I. A cláusula contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros não torna nulo o contrato, apenas a estipulação.

II. O contrato social pode estipular que o sócio participará dos lucros em proporção diversa das respectivas quotas no capital.

III. Admitindo o tipo societário, cuja contribuição consista em serviços, o sócio participará dos lucros na proporção igual à que for estipulada a favor do sócio de menor participação no capital.

Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas os itens I e II estão corretos. A questão tratou sobre contrato social das sociedades.

O item I está correto, pois está de acordo com o art. 1.008 do CC: “Art. 1.008. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas”. Claramente o dispositivo trata da nulidade da cláusula e não do contrato como um todo.

O item II está correto, sendo que tal compreensão se depreende do art. 1.007 do CC: “Art. 1.007. Salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas”.

O item III está errado, pois não existe na lei tal vinculação entre contribuição em serviços do sócio e participação em lucros na proporção igual ao sócio de menor participação.

As alternativas A C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 64. A Lei Complementar nº 123/2006 instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. No bojo do tratamento simplificado, favorecido e diferenciado para as micro e pequenas empresas, está o acesso à Justiça.

Sobre o princípio do acesso à Justiça analise as afirmativas a seguir.

I. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que eles não possuam vínculo trabalhista ou societário.

II. As microempresas e empresas de pequeno porte são admitidas a propor ação perante o Juizado Especial Cível, assim como as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas, e podem ser partes, como autores, no Juizado Especial Federal Cível.

III. O Poder Judiciário, especialmente por meio do Conselho Nacional de Justiça, e o Ministério da Justiça implementarão medidas para disseminar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte em suas respectivas áreas de competência.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, uma vez que os itens I, II e III estão corretos.

A questão tratou sobre o tratamento conferido pela legislação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

O item I está correto, conforme literalidade do art. 54 da Lei Complementar n.º 123/2006: “Art. 54. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário”.

O item II está correto, conforme art. 8º, § 1º, II e II, da Lei n.º 9.099/1995 e art. 6º, I, da Lei n.º 10.259/2001: “Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as

pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. § 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006”; “Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996”.

O item III está correto, conforme dispõe o art. 74-A da Lei Complementar n.º 123/2006: “Art. 74-A. O Poder Judiciário, especialmente por meio do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e o Ministério da Justiça implementarão medidas para disseminar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte em suas respectivas áreas de competência”.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme razões expostas.

QUESTÃO 65. Helena, em 5 de março de 2024, completou 16 anos e foi emancipada. Agora, almeja ter sua própria fonte de renda, ingressando no ramo de venda de eletrônicos.

Nesse cenário, acerca da capacidade de Helena para exercer a atividade empresária, assinale a afirmativa correta.

- a) Helena poderá exercer a atividade empresária, pois está em pleno gozo da capacidade civil.**
- b) Helena não poderá exercer atividade empresária, porque sua idade não permite o exercício de administração da empresa.**
- c) Helena não poderá exercer atividade empresária, considerando que é menor de idade e não está em pleno gozo da capacidade civil.**
- d) Helena poderá exercer a atividade empresária, desde que autorizada de forma específica pelos seus responsáveis legais.**
- e) Helena não poderá exercer atividade empresária de forma independente, mas poderá exercê-la, desde que devidamente assistida por seus representantes legais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, sendo que a questão tratou sobre a capacidade civil para o exercício da atividade de empresa.

O art. 972 do CC dispõe: “Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos”. Assim, exige-se capacidade civil e ausência de impedimentos legais para ser empresário.

Na hipótese do enunciado, Helena muito embora tenha 16 anos de idade, foi emancipada, de maneira que nos termos do art. 5º, parágrafo único, I, do CC, é considerada plenamente capaz para os atos da vida civil, inclusive, para o exercício da atividade de empresa: “Art. 5º [...] Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, conforme as razões da alternativa A.

QUESTÃO 66. Suponha-se que Habermas e Dworkin tenham constituído, no Brasil, regularmente, uma sociedade limitada voltada para a venda dos livros jurídicos por eles escritos. Cada um dos sócios ficou com 50% das quotas da sociedade. Investiram nela R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), valor total do capital social da sociedade. O negócio fluiu muito bem. O faturamento anual, depois de três-anos do início das atividades empresariais, alcançou R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), com lucro líquido de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) naquele ano. Nela são vendidos tanto os livros escritos por Habermas quanto aqueles escritos por Dworkin. No quarto ano de existência da sociedade, Dworkin, que era sócio administrador, veio a falecer.

Sobre a continuidade da sociedade, analise as afirmativas a seguir.

I. O falecimento de Dworkin acarreta, obrigatoriamente, a dissolução total da sociedade, com a liquidação de seus ativos, haja vista o caráter personalíssimo das atividades exercidas pela empresa.

II. O falecimento de Dworkin acarreta, obrigatoriamente, a dissolução parcial da sociedade, com o pagamento dos haveres devidos ao espólio do falecido, podendo o sócio remanescente explorar atividade econômica individualmente, por prazo indeterminado.

III. O falecimento de Dworkin não necessariamente importará na dissolução total da sociedade, seja porque a participação na sociedade é atribuída, por sucessão causa mortis, a um herdeiro ou legatário, seja porque o sócio remanescente pode explorar a atividade econômica individualmente, de forma temporária, até que se aperfeiçoe a sucessão.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, uma vez que apenas o item III está correto.

O item I está incorreto, pois nos termos do art. 1.028 do CC, a dissolução da sociedade dar-se-á por quotas, isto é, de modo parcial e não total: “Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo: I - se o contrato dispuser diferentemente; II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade; III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido”.

O item II está incorreto, pois a dissolução, como dispõe o art. 1.028 do CC será parcial, em regra, de modo que o sócio vivo (Habermas) poderá continuar sua atividade, mas a solução não é obrigatória, sendo possível a dissolução da sociedade ou a regulação de sua substituição por acordo com os herdeiros.

O item III será apontado como correto, pois o falecimento de Dworkin implica em dissolução parcial da sociedade, como regra geral, nos termos do art. 1.028 do CC. De todo modo, existe a possibilidade de sucessão causa mortis a um herdeiro ou legatário por ajuste entre as partes envolvidas, o que,

naturalmente, caso a sucessão não tenha operado todos os seus trâmites legais até o seu aperfeiçoamento, natural que o remanescente tenha que explorar a atividade econômica, de modo temporário.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas.

QUESTÃO 67. Foi decretada a falência do grupo econômico XPTO e o Administrador Judicial nomeado, exercendo seu múnus, ajuizou incidente de desconconsideração da personalidade jurídica após identificar inconsistências na contabilidade das falidas.

A respeito da desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a afirmativa correta.

- a) A mera existência de grupo econômico enseja a desconconsideração da personalidade jurídica.**
- b) A mera identificação de inconsistências na contabilidade das falidas enseja a desconconsideração da personalidade jurídica.**
- c) A desconconsideração da personalidade jurídica é cabível quando não forem localizados ativos para pagamento dos credores.**
- d) A falência da empresa caracteriza, por si só, exercício abusivo e ilícito da atividade empresarial e dá ensejo à desconconsideração da personalidade jurídica.**
- e) A desconconsideração da personalidade jurídica poderá ser decretada caso fique caracterizada a ausência de separação de fato entre o patrimônio das sociedades e o de seus sócios.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, de modo que a questão tratou sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no contexto da falência.

A situação descrita na alternativa E se amolda à hipótese de confusão patrimonial do art. 50, § 2º, do CC: “Art. 50 [...] § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial”.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 50, § 4º, do CC dispõe justamente em sentido diverso: “Art. 50 [...] § 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica”.

A alternativa B está incorreta, pois em razão da interpretação restritiva que o STJ faz das regras referentes a desconconsideração da personalidade jurídica com base na “Teoria Maior”, meras inconsistências contábeis não ensejam o incidente: “1. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que, nas relações civis-comerciais, aplica-se a Teoria Maior da desconconsideração da personalidade jurídica segundo a qual é necessária a comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, não sendo suficiente para tanto a ausência de bens penhoráveis ou a dissolução da sociedade” (AgInt no AREsp n.º 1.254.372/MA).

A alternativa C está incorreta, pois para a desconconsideração da personalidade jurídica é necessária a caracterização do abuso da personalidade (confusão patrimonial ou desvio de finalidade) não bastando a não localização de ativos.

A alternativa D está incorreta, pois a falência não se insere em qualquer hipótese de abuso da personalidade (confusão patrimonial ou desvio de finalidade).

QUESTÃO 68. Uma sociedade empresária de telefonia sofreu ataque cibernético que levou ao vazamento dos dados pessoais de todos os seus usuários. Posteriormente, diversos usuários acionaram o Judiciário, requerendo a condenação da sociedade empresária e o pagamento de danos morais, com base na alegação de que estavam sendo importunados com ligações de empresas de telemarketing após o vazamento dos seus dados.

De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. O vazamento de dados pessoais não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável, sendo necessária prova efetiva do dano ocorrido.

II. O vazamento de dados pessoais gera para o prejudicado direito à indenização, uma vez que o dano moral, em tais casos, é presumido, podendo a empresa de telefonia fazer prova de que não houve prejuízo ao titular dos dados expostos.

III. O vazamento de qualquer tipo de dado sem autorização do usuário configura violação dos direitos à intimidade e à privacidade e enseja a condenação ao pagamento de danos morais.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema dano moral, à luz do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. Analisemos os itens.

O item I está correto. De acordo com entendimento fixado pelo STJ no julgamento do AREsp 2130619-SP: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS. DADOS COMUNS E SENSÍVEIS. DANO MORAL PRESUMIDO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DANO. (...) V - O vazamento de dados pessoais, a despeito de se tratar de falha indesejável no tratamento de dados de pessoa natural por pessoa jurídica, não tem o condão, por si só, de gerar dano moral indenizável. Ou seja, o dano moral não é presumido, sendo necessário que o titular dos dados comprove eventual dano decorrente da exposição dessas informações.”

O item II está incorreto. Levando em consideração o entendimento jurisprudencial acima colacionado, percebe-se que o dano moral, no caso narrado, não é presumido. Logo, o item II fica automaticamente incorreto, pois vai de encontro ao entendimento fixado pelo STJ no julgamento do AREsp 2130619-SP.

O item III está incorreto. Não é o vazamento de “qualquer tipo de dado” que gera dano moral indenizável, mas, sim, dados pessoais, conforme entendimento do STJ colacionado na explicação do item I.

Portanto, a alternativa A está correta: Está correto o que se afirma em I, apenas.

Automaticamente, as alternativas B, C, D e E ficam incorretas.

QUESTÃO 69. Pierre, cidadão estrangeiro praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal pública incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.

b) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.

c) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.

d) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

e) A aplicação da lei penal brasileira ao fato independe de qualquer condição, por se tratar de crime praticado mediante violência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a extraterritorialidade da lei penal.

A alternativa A está incorreta. O crime de estupro é de ação pública incondicionada, não dependendo, portanto, de representação da vítima, conforme disposto no art. 225, do CP.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C, para aplicação da lei penal brasileira é essencial que tenha havido requisição do Ministro da Justiça.

A alternativa C está correta. O art. 7º, II, c do CP prevê hipótese de extensão territorial, no qual embora a ação tenha sido praticada no estrangeiro, preenchidos certos requisitos poderá ser aplicada a lei penal brasileira. Trata-se das hipóteses de extraterritorialidade condicionada, dispostas no art. 7º, II, e §3º, do CP): A)Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; B)Os crimes praticados por brasileiros; C)Os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgadas; e D)Crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil. Percebe-se que o caso em tela se amolda a esta última hipótese. No entanto, para a incidência da lei pátria, os §§ 2º e 3º, do CP exigem o cumprimento de certos requisitos, quais sejam: I-Ter o agente entrado em território nacional; II-Ser o fato punível também no país em que foi praticado; III-Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; IV-Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido pena; V-Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável; e VI-Especificamente com relação a crime praticado por estrangeiro contra

brasileiro, exige-se também que não tenha sido pedida ou tenha sido negada a extradição e que tenha havido requisição do Ministro da Justiça. No caso em análise, não houve esse pedido por parte do Ministro da Justiça, o que impede a aplicação da lei brasileira aos atos praticados.

A alternativa D está incorreta. Conforme o art. 7º, §3º, do CP, é possível a aplicação da lei penal brasileira se o crime for praticado por estrangeiro contra vítima brasileira, desde que preenchidas certas condições.

A alternativa E está incorreta. O Código Penal não traz a incondicionalidade da extraterritorialidade pelo mero fato do crime ter sido praticado com violência, conforme explicado no comentário da letra C.

QUESTÃO 70. Em 2024 Guilherme, Américo, Lucas, Rogério e Vladimir praticaram um crime. De acordo com as informações de antecedentes criminais fornecidas a seguir, assinale a opção que indica qual deles é tecnicamente primário (não reincidente).

a) Guilherme, enquanto policial militar, foi definitivamente condenado por corrupção passiva prevista no Código Penal Militar extermiou de cumprir a pena no ano de 2023.

b) Américo, na condição de ocupante de cargo político, praticou crime de peculato, tendo sido definitivamente condenado em 2023, sendo que ainda não terminou de cumprir as penas restritivas de direito que lhe foram impostas.

c) Lucas foi definitivamente condenado em 2015, tendo sua pena sido extinta em 2020, pela concessão de indulto pleno. Em 2022, Lucas obteve sua reabilitação.

d) Rogério foi definitivamente condenado em 2023, mas, após o trânsito em julgado de sua condenação, o Juiz reconheceu a Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa.

e) Vladimir foi definitivamente condenado na Espanha, por tráfico de drogas, a uma pena de 6 anos de reclusão, fato ocorrido em 2017 transitado em julgado em 2018; porém, ainda não cumpriu a pena porque logrou se evadir para o Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre reincidência.

A alternativa A está incorreta. O artigo 64, II, do CP estabelece que: “Art. 64 - Para efeito de reincidência: II - não se consideram os crimes militares próprios e políticos.”. O crime praticado por Guilherme, todavia, não é considerado propriamente militar, visto que não está previsto, exclusivamente no código penal militar, conforme conceitua Delmanto: “São os delitos que estão definidos apenas no CPM e não, também, na legislação penal comum.” (DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado. 8. ed. São Paulo). Portanto, Guilherme será considerado reincidente, pois o crime militar por ele praticado é impróprio, gerador de reincidência.

A alternativa B está incorreta. Américo praticou crime e ainda está cumprindo a pena deste, logo, ao praticar novo crime, a reincidência se verifica, nos termos do art. 63 do CP: “Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.”.

A alternativa C está incorreta. A reabilitação é instituto previsto nos artigos 93 e seguintes do CP o qual “alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.”. A reabilitação, todavia, não atinge a reincidência, a qual só deixa de produzir efeitos após o período depurador, o qual é trazido no artigo 64, II, do CP: “I - não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;”.

O indulto, ademais, não atinge a reincidência, pois esta é um efeito secundário da condenação e o indulto atinge apenas o efeito primário da condenação, segundo a súmula 631 do STJ: “O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais”. Logo, considerando que não se passou os 5 anos do período depurador, Lucas é reincidente.

A alternativa D está correta. Rogério é considerado primário em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva retroativa, a qual anula todos os efeitos penais, primários e secundários, bem como os efeitos extrapenais da condenação: “O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva extirpa a condenação anterior, ficando extintos todos os seus efeitos criminais, como se nunca tivesse o paciente delinqüido. Não gera, portanto, reincidência.”(STF, HC 112.907/SP).

A alternativa E está incorreta. Considerando o teor do artigo 63 do CP, o fato do crime ter ocorrido no exterior, não elide a reincidência, a qual irá perdurar até 5 anos após a extinção da pena: “Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.”. Sendo assim, tendo em vista que o cumprimento da pena não se iniciou, a reincidência se verificará no cometimento de novo crime após o trânsito em julgado de crime anterior.

QUESTÃO 71. Ricardo, com a intenção de ter um carro, apresentou-se como manobrista na frente de um restaurante e, assim, logrou iludir Carolina, que lhe entregou as chaves de seu veículo, pensando que este seria estacionado em segurança. Em seguida, Ricardo se apossou do veículo de Carolina.

Assinale a opção que indica, corretamente, o crime praticado por Ricardo.

- a) Estelionato.**
- b) Apropriação indébita.**
- c) Furto mediante fraude.**
- d) Furto mediante abuso de confiança.**
- e) apropriação de coisa havida por erro.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A ou C**. A questão merece ser anulada pois possui duas alternativas corretas. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está correta. O furto mediante fraude não se confunde com o estelionato porque, na subtração, a fraude visa a diminuir a vigilância da vítima para que ela não perceba que está sendo lesada.

O bem é retirado sem que a vítima se dê conta do que acontece, ao passo que, no estelionato, a fraude visa a fazer com que a vítima incida em erro e proporcione espontaneamente a vantagem ao criminoso. A vontade de alterar a posse no furto é *unilateral* (apenas o agente quer); no estelionato, é *bilateral* (agente e vítima querem). Ensina a respeito Rogério Greco: “Assim, aquele que, fazendo-se passar por manobrista de uma churrascaria, recebe a chave do automóvel das mãos de seu proprietário a fim de ser estacionado, pratica o crime de estelionato; ao contrário, se o agente, usando as roupas características de um manobrista de determinado estabelecimento comercial, valendo-se desse artifício para poder ter acesso ao quadro de chaves dos automóveis que ali se encontram estacionados, subtrair um dos veículos, deverá ser responsabilizado pelo delito de furto mediante fraude”. (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Volume III. Parte Especial. 11a Edição. Rio de Janeiro.)

Dessa feita, pode-se concluir que o caso em análise trata do crime de estelionato, tendo em vista que o agente, mediante o uso de artifício, induziu a vítima a erro, fazendo com que esta lhe entregasse, por espontânea vontade, as chaves do seu carro.

A alternativa B está incorreta. O crime de apropriação indébita encontra-se elencado no art. 168 do CP, sendo tipificado como a ação de apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção. Existem vários delitos no Código Penal em que a própria vítima entrega o bem ao agente, tal como ocorre no estelionato, em que a entrega ocorre mediante fraude. No tipo penal da apropriação indébita, todavia, como não há esclarecimento expresso em torno da forma como se deve dar a entrega do bem ao agente, foi preciso analisar os demais tipos penais em que isso ocorre e, por exclusão, concluir que, na apropriação indébita, a entrega deve se dar de forma livre, espontânea e consciente.

Sendo assim, percebe-se que a conduta da vítima no caso concreto, muito embora tenha sido livre e espontânea, não se deu de forma consciente, posto que esta foi induzida a erro pelo agente. Portanto, não se trata do crime de apropriação indébita.

A alternativa C está correta. Existem decisões do STJ, bem como posicionamentos doutrinários, que entendem que o caso apresentado possa ser enquadrado como furto mediante fraude HC 217.545/RJ do STJ: “Quanto ao pedido de desclassificação do crime de furto mediante fraude para o delito de estelionato, por oportuno, confirmam-se os seguintes trechos extraídos do acórdão impugnado, *in verbis*: “A vítima prestou depoimento, em fls. 28 doc. 101, afirmando que, no dia dos fatos, procurava uma vaga para estacionar seu veículo em frente, quando o apelante se apresentou, dizendo para ela não ficar parada naquela região sozinha. Assim, na qualidade de segurança da rua, se ofereceu para estacionar o carro, ganhando a confiança da vítima, a qual lhe entregou as chaves.” (...) Pelos mesmos fundamentos já demonstrados para a impossibilidade da requerida absolvição, também é incabível a desclassificação do delito de furto mediante fraude para o crime de apropriação indébita ou de estelionato. O crime de furto mediante fraude difere do estelionato porque neste, a fraude é utilizada para que a vítima, enganada, entregue ao agente o bem espontaneamente, colaborando, sem consciência, para que ele tenha a vantagem ilícita; naquele, o comportamento ardiloso é utilizado para facilitar a subtração, mas sem que a vítima perceba que está sendo desapossada. Na doutrina de Guilherme Nucci temos que a fraude no crime de furto é uma manobra enganosa destinada a iludir alguém, configurando, também, uma forma de ludibriar a confiança que se estabelece naturalmente nas relações humanas. Assim, o agente que criar uma situação especial, voltada a gerar na vítima um engano, tendo por objetivo praticar uma subtração de coisa alheia móvel, incide na figura qualificada. (Guilherme de Souza Nucci, Manual de Direito Penal, Parte Geral e Parte Especial, 6a edição, 2009, Editora Revista dos Tribunais, p. 710). Já para o delito de estelionato Guilherme Nucci leciona: Obter vantagem (benefício, ganho ou lucro) indevida induzindo ou mantendo alguém em erro. Significa conseguir um benefício ou um lucro ilícito em razão do engano provocado na vítima. Esta colabora com o agente sem perceber que está se

despojando de seus pertences. (Guilherme de Souza Nucci. Manual de Direito Penal, Parte Geral e Parte Especial, 6a edição, 2009, Editora Revista dos Tribunais, p. 755). (...) Entretanto, para completa distinção entre tais infrações penais, se faz necessário um segundo momento, tendo em vista que somente será crime de estelionato quando o lesado entrega o bem para o agente motivado por erro e com a consciência de que tal bem está, a partir daquele instante, saindo da esfera de seu patrimônio. Neste sentido, à lição de Damásio de Jesus: “No furto, a fraude ilude a vigilância do ofendido, que, por isso, não tem conhecimento de que o objeto material está saindo da esfera de seu patrimônio e ingressando na disponibilidade do sujeito ativo. No estelionato, ao contrário, a fraude visa a permitir que a vítima incida em erro. Por isso, voluntariamente se despoja de seus bens, tendo consciência de que eles estão saindo de seu patrimônio e ingressando na esfera de disponibilidade do autor.” (Damásio de Jesus. Código Penal Anotado, 19 a Edição, Editora Saraiva, p. 571/572). No caso concreto, com efeito, a vítima deixou voluntariamente as chaves do carro nas mãos do acusado para que o mesmo lhe fizesse um favor de estacioná-lo. Contudo, não tinha a intenção de se despojar definitivamente de seu bem, não queria que o veículo saísse da esfera de seu patrimônio.”

A alternativa D está incorreta. A doutrina e a jurisprudência são muito criteriosas na análise da qualificadora do furto mediante abuso de confiança, somente a reconhecendo se coexistirem duas circunstâncias no caso concreto. Em primeiro lugar, é necessário que se demonstre a existência de uma especial confiança da vítima no agente, que pode decorrer de forte amizade, parentesco, relações profissionais, etc. O segundo requisito para o reconhecimento da qualificadora do abuso de confiança é que o agente tenha se aproveitado de alguma facilidade decorrente da relação de confiança para executar o furto. Tendo em vista que nenhum desses dois requisitos restou-se preenchido no caso concreto, forçoso concluir que não se trata do crime de furto cometido mediante abuso de confiança.

A alternativa E está incorreta. O art. 169 do CP tipifica o crime de apropriação de coisa havida por erro como a conduta de apropriar-se de coisa alheia vinda a seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza. Embora assim como ocorre no crime de estelionato, o crime do art. 169 também permite que a entrega do bem possa ter ocorrido por erro, neste último caso é fundamental que o agente receba o bem de boa-fé, ou seja, que só perceba o equívoco da vítima quando já esteja na posse ou detenção do bem e que, apenas nesse instante, resolva apoderar-se dele. Tal situação não ocorre no caso em análise, tendo em vista que o agente visa, desde o início de sua conduta, induzir a vítima a erro para ter o bem para si.

QUESTÃO 72. Sobre o crime de corrupção passiva analise as afirmativas a seguir.

I. Quem trabalha com carteira assinada em uma sociedade empresária privada conveniada para execução de serviços típicos de administração pública responde por corrupção passiva caso receba vantagens indevidas para a prática de atos relacionado às suas funções.

II. O médico não concursado, que presta serviços pelo SUS, responde por corrupção passiva se receber vantagens indevidas para acelerar o atendimento de um paciente.

III. A relação da conduta com um ato de ofício é elemento do tipo na corrupção ativa mas não da corrupção passiva em seu tipo fundamental.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crime de corrupção passiva.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa E.

A alternativa E está correta. O item I encontra-se correto, pois, conforme o art. 327, §1º do CP, o qual traz uma norma penal interpretativa, equipara a funcionário público, para efeitos penais, quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

O item II também está correto. Conforme entendimento exarado pelo STF no julgamento do RHC 90.523, o médico particular, em atendimento pelo SUS, equipara, para fins penais, a funcionário público: “2. O hospital privado que, mediante convênio, se credencia para exercer atividade de relevância pública, recebendo, em contrapartida, remuneração dos cofres públicos, passa a desempenhar o múnus público. O mesmo acontecendo com o profissional da medicina que, diretamente, se obriga com o SUS. 3. O médico particular, em atendimento pelo SUS, equipara-se, para fins penais, a funcionário público. Isso por efeito da regra que se lê no caput do art. 327 do Código Penal.”.

Por fim, o item III também está correto, pois enquanto o art. 333 do CP (corrupção ativa) dispõe que a conduta de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público deve ser feita com o intuito de determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, o mesmo não se exige para a prática do crime do art. 317 (corrupção passiva), bastando que o agente público solicite ou receba, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. O ato do funcionário que retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício em razão da vantagem recebida é causa de aumento de pena (art. 317, §1º, do CP).

QUESTÃO 73. Bernardo, cidadão português, tripulante de um navio da marinha mercante brasileira que partira de Santos e navega pelo Oceano Atlântico, em alto-mar, com destino ao porto de Roterdã, na Holanda agride um outro tripulante, de nacionalidade peruana, desferindo-lhe socos, que o ferem levemente.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

a) não se aplica a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o crime ocorreu no estrangeiro.

b) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o local onde ocorreu o crime é considerado território nacional por extensão.

c) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

d) aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

e) pode ser aplicada a Bernardo a legislação penal brasileira, pois, embora o crime tenha ocorrido no estrangeiro, trata-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, à luz do princípio da representação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Territorialidade Penal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. Como regra geral, a lei brasileira é aplicada aos crimes ocorridos no território nacional, conforme se depreende do artigo 5, *caput*, do CP: “Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.”. O §1º do referido artigo traz o conceito de território por extensão, sendo este considerado território nacional, sujeito, portanto, à lei brasileira: “Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.”.

Portanto, considerando que a embarcação está em alto-mar, conforme a parte final do artigo 5º, §1º, do CP, esta é considerada como extensão do território brasileiro.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 74. Sobre a extinção da punibilidade pela prescrição, analise as afirmativas a seguir.

I. O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

II. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública e do Código Tributário Nacional no que concerne aos prazos e às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

III. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicar-se-á a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de 1/6 a 2/3 regulando-se a prescrição pela pena imposta na sentença não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

IV. O prazo para a prescrição da pretensão executória somente começa a correr no dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes, exceto para os processos com trânsito em julgado para a acusação ocorridos até 11/11/2020, em que a prescrição ainda não tenha sido analisada.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III, apenas

b) I, II e IV, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. O item I está correto, conforme a súmula n. 415 do STJ, que dispõe que o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.

O item II está incorreto, posto que o art. 51 do CP dispõe que transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, não havendo, portanto, menção aos prazos, pois, neste caso, utiliza-se os prazos do Código Penal, nos termos do artigo 114 do CP: Art. 114 - A prescrição da pena de multa ocorrerá: I - em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada; II - no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.”

O item III está correto, pois é a exata definição de crime continuado trazida pelo art. 71 do CP: “Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços”.

Por fim, o item IV está correto. Em estrita observância à literalidade do artigo 112, I, do Código Penal, sempre prevaleceu o entendimento jurisprudencial de que o termo inicial da contagem do prazo

prescricional da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação. No entanto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento do ARE 848.107/DF, decidiu que o termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória inicia-se com o trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes (acusação e defesa), momento em que nasce para o Estado a pretensão executória da pena. Ocorre, entretanto, que na mesma decisão, a Suprema Corte deu preponderância aos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança, e modulou os efeitos da decisão, deixando expresso que o novo entendimento fixado se aplica aos casos cujo trânsito em julgado para a acusação tenha ocorrido após 12/11/2020.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 75. João foi acusado de corrupção ativa em transação internacional porque deu, em outro país, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro para a prática de ato de ofício relacionado a transação comercial internacional.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa incorreta.

- a) João praticou crime de corrupção ativa em transação internacional, porque o delito, ao contrário do que ocorre na corrupção prevista no Art. 333 do CP, abrange a conduta de dar ou pagar a vantagem indevida não se limitando ao mero oferecimento ou à mera promessa do benefício**
- b) A caracterização da corrupção ativa internacional não prescinde da descrição de um ato de ofício, porque tal elemento está previsto expressamente no tipo penal que descreve o crime específico.**
- c) É possível a aplicação da lei penal nacional ao caso, mesmo que o crime tenha sido praticado fora do território nacional, desde que cumpridos os requisitos do Art. 7º, §2º, do CP**
- d) A pena será aumentada da terça parte se João ocupa cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público do país estrangeiro.**
- e) A prescrição da pretensão punitiva começa a correr na data da entrega da vantagem, ainda que seja constatada a oferta ou a promessa do mesmo benefício em momento anterior.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

A alternativa A está incorreta. A afirmação está correta, pois a corrupção ativa em transação comercial internacional é tipo penal específico, o qual está previsto no artigo 337-B do CP, o qual tipifica as seguintes condutas: “Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional”.

Portanto, a alternativa está correta, visto que, além da especificidade do tipo penal, já que se restringe aos atos relacionados à transação comercial internacional, este se difere da corrupção ativa comum também no que tange às condutas tipificadas, pois esta última se restringe ao oferecimento e à promessa de vantagem.

A alternativa B está incorreta. A afirmativa está correta conforme se extrai da literalidade do artigo 337-B do CP, o qual busca atuar em atos de ofício do funcionário público, de modo que tal elemento é imprescindível: “Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional”.

A alternativa C está incorreta. O item está correto, pois o artigo 7º, §2º, do CP traz a extraterritorialidade condicionada, a qual mostra possível a aplicação da lei penal brasileira a fatos ocorridos fora do território nacional, desde que cumpridos certos requisitos: Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (...) II - os crimes: a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; b) praticados por brasileiro; c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados. (...) § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: a) entrar o agente no território nacional; b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.

A alternativa D está correta. A afirmativa está incorreta, devendo ser assinalada. Conforme se extrai do artigo 327, §2º, do CP: “A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público”, tal previsão, todavia, se restringe aos crimes do Capítulo I (dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral) do Título XI do CP. Sendo assim, não é aplicável ao artigo 337-B do CP, pois este se localiza no Capítulo II-A do CP do Título XI.

A alternativa E está incorreta. A afirmativa está de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, os quais estabelecem que, quando há a prática, em um mesmo contexto fático, de diversas corrupções, a realização de novas figuras traz nova violação ao bem jurídico e renovação do momento consumativo: “V - Consoante entendimento firmado pela Corte Especial (APn 827/DF), o enfeixamento de diversas condutas de corrupção, perpetradas em um mesmo contexto delitivo, na figura de um crime único não afasta a situação de que, a cada novo recebimento de vantagem indevida, houve nova agressão ao bem jurídico tutelado e, por conseguinte, renovou-se o momento consumativo do delito. (AgRg no HC 535.709/PR).

Ressalta-se, todavia, que a alternativa não é clara sobre a prática de vários atos, sendo assim, se interpretado que houve uma promessa ou oferta anterior e, posteriormente, o cumprimento desta, a consumação ocorrerá no momento da promessa ou oferta, sendo o pagamento mero exaurimento, de modo que o prazo prescricional se iniciará com a consumação, ante o caráter formal dos verbos “oferecer” e “prometer”.

QUESTÃO 76. Caio, para excitar sua libido, tem relações sexuais com sua namorada na presença de uma vizinha, de 13 anos de idade, a quem havia pago a importância de R\$100,00 para que ela assistisse ao ato.

Diante do caso narrado, Caio deverá responder pelo crime de

a) assédio sexual.

b) corrupção de menores.

c) estupro de vulnerável.

d) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

e) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. O crime de assédio sexual encontra-se disposto no art. 216-A do CP, com a seguinte tipificação: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. No caso em tela, percebe-se que o agente não dispõe de nenhuma ascendência sobre a vítima, não configurando, portanto, o mencionado crime.

A alternativa B está incorreta. O crime de corrupção de menores encontra-se disposto no art. 218 do CP, com a seguinte tipificação: “induzir alguém menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem”. Não se configura esta conduta no caso em questão, tanto pelo fato de que o agente busca satisfazer a própria lascívia, e também por não haver a participação direta da adolescente no ato sexual.

A alternativa C está incorreta. O crime de corrupção de menores encontra-se disposto no art. 218 do CP, com a seguinte tipificação: “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos”. Percebe-se que neste crime, o ato sexual é praticado diretamente com a vítima, o que não ocorre no caso em análise.

A alternativa D está correta. O fato se amolda ao crime do art. 218-A, que dispõe ser crime a conduta de praticar, na presença de alguém menor de 14 anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem. Destaca-se que, no caso apresentado, o pagamento foi dado justamente para induzir a menor de idade a presenciar o ato.

A alternativa E está incorreta. O crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável encontra-se disposto no art. 218-B do CP, com a seguinte tipificação: “Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone”. Não se trata do caso em questão pois exige-se para a configuração do crime do art. 218-B o caráter habitual do ato de submeter menor de 18 anos à prostituição ou exploração sexual.

QUESTÃO 77. Alberto mágico profissional, em uma relojoaria, pede ao vendedor para ver um relógio suíço, de elevado valor. O vendedor atende a seu pedido, e Alberto coloca o relógio em seu pulso, sob o pretexto de querer ver se o acessório fica bem em seu braço. Ato contínuo, ele distrai o vendedor, tirando-lhe a atenção, momento em que, valendo-se da ligeireza de seus movimentos, retira rapidamente o relógio do pulso, substituindo-o por uma cópia idêntica, que traz em seu bolso, e a entrega ao vendedor, que nada percebe. Alberto, então, agradece a atenção, pergunta quanto custa o relógio e, depois de afirmar que vai pensar um pouco mais, deixa a loja, levando consigo a peça.

Diante do caso narrado, Alberto deverá responder por

- a) estelionato.
- b) furto simples.
- c) furto qualificado.
- d) apropriação indébita simples.
- e) apropriação indébita qualificada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. O uso da fraude para consumir o furto configura modalidade qualificada do delito, conforme o art. 155, §4º, II, do CP. No caso a fraude se dá em razão da atuação do agente para desviar a atenção da vítima, para assim, consumir o delito.

A alternativa C está correta. O furto mediante fraude não se confunde com o estelionato porque, na subtração, a fraude visa a diminuir a vigilância da vítima para que ela não perceba que está sendo lesada. O bem é retirado sem que a vítima se dê conta do que acontece, ao passo que, no estelionato, a fraude visa a fazer com que a vítima incida em erro e proporcione espontaneamente a vantagem ao criminoso. Dessa feita, percebe-se que no caso em análise se está diante do crime de furto qualificado pela fraude (art. 155, §4, II, do CP), uma vez que o agente se valeu de técnicas de distração para desviar a atenção da vítima e assim permitir o apossamento do bem.

A alternativa D está incorreta. O crime de apropriação indébita simples encontra-se elencado no art. 168 do CP, sendo tipificado como a ação de apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção. Assim, no tipo penal da apropriação indébita, a entrega do objeto deve se dar de forma livre, espontânea e consciente, o que não ocorre no caso concreto.

A alternativa E está incorreta. Não existe a figura da apropriação indébita qualificada.

QUESTÃO 78. Elmo, preso em flagrante, por crime de descaminho, ao ser apresentado à autoridade policial para a lavratura do auto de prisão em flagrante, identifica-se como sendo seu irmão gêmeo com o escopo de ocultar suas extensas anotações criminais. Diante do caso narrado, assinale a opção que corresponde ao fato.

- a) Fato atípico.
- b) Fato típico, porém lícito.
- c) Crime de falsa identidade.
- d) Crime de fraude processual.
- e) Crime de falsidade ideológica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Crimes contra a fé pública.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. Conforme entendimento do STJ, estabelecido na Súmula 522: "A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa.". Portanto, não se mostra cabível arguir, neste caso, argumentos como direito à autodefesa ou o princípio da não autoincriminação ("*Nemo Tenetur Se Detegere*").

Sendo assim, a referida conduta está tipificada no artigo 307, o qual traz o tipo penal da "falsa identidade": "Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem."

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

QUESTÃO 79. Em uma ação penal per crime ocorrido em 04/03/2023, o réu, ao ser interrogado, confessa espontaneamente, perante o juiz, a prática do delito que lhe é imputado.

Na folha de antecedentes criminais do acusado, constam as seguintes anotações, devidamente esclarecidas por certidões cartorárias:

I. condenação transitada em julgado em 08/06/2016 por crime anterior, praticado em 06/02/2014, com pena de reclusão extinta em 15/03/2022, diante do término do livramento condicional, cujo período de prova se iniciara em 14/08/2017.

II. condenação transitada em julgado em 02/09/2022 por contravenção penal anterior, praticada em 07/01/2022, com pena de prisão simples cumprida em 03/03/2023; e

III. ação penal em curso, por crime posterior, praticado em 05/03/2024.

À luz das informações apresentadas, conclusos os autos ao juiz para sentença, no dia de hoje, na segunda fase da dosimetria da pena, a pena deverá ser

a) atenuada, incidindo a atenuante da confissão espontânea, sendo o réu primário.

b) atenuada, preponderando a atenuante da confissão espontânea sobre a agravante da reincidência.

c) mantida, compensando-se integralmente a atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência.

d) agravada, compensando-se proporcionalmente a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea.

e) agravada, preponderando a agravante da reincidência, sem qualquer compensação em relação à atenuante da confissão espontânea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre

A alternativa A está correta. Inicialmente, analisando os fatos do item I, percebe-se que o agente cumpriu o período depurador em Agosto de 2022, visto que este tem seu início no momento em que o condenado passa a usufruir do livramento condicional, nos termos do artigo 64,I, do CP: “não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação”. Ou seja, se o período de prova do livramento condicional se iniciou em 14/08/2017 e a pena foi extinta sem revogação deste, o período de 5 anos (período depurador) se iniciou em agosto de 2017.

Portanto, a contravenção penal do item II não será considerada como reincidência, pois esta transitou em julgado em setembro de 2022, ou seja, após o período depurador.

Ademais, por ausência de previsão legal expressa, condenação definitiva anterior por contravenção penal não gera reincidência, caso o agente cometa crime posterior (STJ, RHC 20.951/RJ). Logo, em 2023, quando pratica o crime confessado, o agente era primário e a contravenção praticada em 2022 não altera tal situação.

Por fim, nos termos da Súmula 444 do STJ: “É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.”, logo, os fatos do item III não alteram a primariedade do agente.

Por esta análise, o agente é primário e a sua confissão deve ser utilizada como atenuante, conforme estabelece a Súmula 545 do STJ: “Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal.”

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 80. Alfredo é intolerante em relação aos integrantes de uma determinada religião. Decidido a gerar medo generalizado nos fiéis, Alfredo dirigiu-se ao principal templo daquela instituição religiosa em seu Município e, durante um culto lotado, Alfredo colocou um artefato explosivo de grande, impacto na porta de entrada artefato, porém, não explodiu

Assinale a opção que indica, com base na hipótese narrada, o crime praticado por Alfredo.

a) Terrorismo.

b) Genocídio.

c) Perigo para a vida ou a saúde de outrem.

d) Explosão.

e) Injúria qualificada por preconceito religioso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Terrorismo. A questão merece anulação pois foi cobrado assunto não disposto no edital, o qual trazia apenas três leis esparsas: “21. (...)Crimes previstos nas Leis 7.716/89, 12.288/2010 e 13.869/ 2019.”

A alternativa A está correta. Alfredo praticou ato por razão de intolerância religiosa visando provocar medo generalizado. Tal conduta se amolda ao tipo penal de Terrorismo, previsto no artigo 2º da Lei 13.260/16: Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. § 1º São atos de terrorismo: I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;”

Destaca-se que a Lei 13.260/16 também tipifica os atos preparatórios, como se extrai do artigo 5º da referida norma: “Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito: Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.”.

Por fim, ressalta-se que, embora o meio empregado para realização do ato de terrorismo tenha sido a explosão, em razão do princípio da especialidade, considerando que a conduta foi praticada com uma finalidade específica, resta configurado o tipo penal de terrorismo.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)